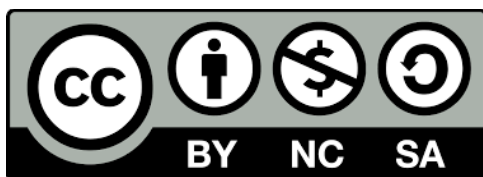


SINTAXE E SEMÂNTICA DO PORTUGUÊS

MARIA HENRIQUETA COSTA CAMPOS
MARIA FRANCISCA XAVIER



11. Construção de valores referenciais de algumas categorias gramaticais do português

TÁBUA DE MATÉRIAS

11. **Construção de valores referenciais de algumas categorias gramaticais do Português**

Objectivos

11.1 **Valores aspectuais-temporais**

11.1.1 Tempos gramaticais e referência temporal-aspectual

11.1.2 Adverbiais de tempo

11.1.3 Natureza aspectual da relação predicativa

11.1.3.1 Eventos

11.1.3.2 Estados e actividades

11.1.3.3 A tipologia de Vendler

11.1.3.4 Relações predicativas e adverbiais de realização

11.1.4 Interdependência na construção do valor aspectual

11.1.5 Particularidades aspectuais de alguns tempos gramaticais do Português

11.1.5.1 Pretérito perfeito simples

11.1.5.2 Pretérito perfeito composto

11.2 **Valores modais**

11.2.1 Tipos de modalidade

11.2.1.1 Modalidade epistémica

11.2.1.2 Modalidade apreciativa

11.2.1.3 Modalidade intersujeitos

11.2.2 A interrogação

11.2.2.1 A interrogação total

11.2.2.2 A interrogação parcial

11.2.2.3 A interrogação retórica

11.2.3 O conceito de pré-construído

11.2.3.1 As construções relativas

11.2.3.2 A construção causal marcada por *já que*

11.3 **Tópicos de recapitulação geral**

Referências bibliográficas

Objectivos

No final desta unidade os alunos deverão:

- reconhecer marcas linguísticas de diferentes tipos de operações de localização, identificando o termo localizado e o termo localizador
- distinguir as categorias gramaticais 'tempo' e 'aspecto' e os respectivos marcadores linguísticos
- distinguir os valores referenciais 'perfectivo' e 'imperfectivo'
- relacionar tempos gramaticais e adverbiais temporais-aspectuais na construção da significação dos enunciados
- reconhecer os diversos tipos de adverbiais temporais e de adverbiais aspectuais
- distinguir os diferentes tipos de relações predicativas, do ponto de vista da sua natureza aspectual
- explicar a má-formação resultante de incompatibilidades de natureza aspectual
- distinguir quais são, num enunciado, os marcadores de valores aspectuais-temporais e os marcadores de valores modais
- distinguir diferentes tipos de valores modais, reconhecendo os marcadores respectivos
- reconhecer, num enunciado, o construído e o pré-construído

Vamos apresentar, nesta unidade, um modelo de construção da significação que se integra no modelo de funcionamento geral da linguagem proposto no quadro da teoria formal enunciativa (Culioli 1982 e 1989, entre outros).

Para Culioli, o enunciado resulta de um conjunto de operações de localização abstracta («repérage») que incidem sobre um termo e o localizam em relação a um segundo termo, o termo localizador («repère»). O termo localizado («repéré») ganha, assim, uma determinação que não tinha antes.

Concluimos em 3.1, ao fundir numa só as funções tradicionais da linguagem, que enunciar é construir referência. Podemos retomar agora essa conclusão, e, reformulando-a, dizer que enunciar é construir determinação. Por outras palavras, partindo de uma estrutura abstracta à qual se associa um sentido, vai-se, por sucessivas operações de localização abstracta, atribuindo determinação a essa estrutura, globalmente e em cada um dos seus termos. A estrutura abstracta de origem é, assim, afectada de valores referenciais, passando a ser um enunciado, dotado de significação.

A passagem do sentido — da estrutura de origem — à significação — do enunciado — corresponde, como vemos, à construção de valores referenciais, isto é, à construção de um acontecimento linguístico, localizado em relação ao parâmetro **Situação de enunciação**. Na cadeia de operações de localização, este parâmetro é o localizador origem de todas as localizações.

O parâmetro situação de enunciação — que passaremos a notar simbolicamente $Sit(S_0, T_0)$ ou, por comodidade de escrita, apenas SIT_0 — é um parâmetro abstracto definido pelos parâmetros abstractos S_0 (**Sujeito da enunciação**) e T_0 (**Tempo(-espaço) da enunciação**). Estes parâmetros enunciativos são parâmetros teóricos na descrição-explicação de diferentes tipos de fenómenos linguísticos. Não se trata, parece-me importante sublinhá-lo, de situações concretas, de sujeitos ou tempos historicamente determinados.

A estrutura abstracta ainda não determinada que está na origem do enunciado foi atrás designada por 'proposição'¹. A proposição é uma relação entre termos, através da qual se faz uma predicação. Isto é, a proposição que está na origem do enunciado é uma **relação predicativa**. Passaremos, a partir de agora, a utilizar o termo 'relação predicativa', que designa um conceito definido e localizado com precisão no modelo de funcionamento da linguagem em que nos situamos².

A relação predicativa tem um **sentido**, que corresponde à relação entre os termos que a constituem, isto é, entre o predicado e os seus argumentos, ou entre os argumentos através do predicado. Por exemplo, a seguinte relação predicativa tem um sentido:

(1) <vender, homem, livro>

Das sucessivas operações de localização que podem incidir sobre a relação predicativa (1), e que lhe irão conferir determinação, resulta um número

¹ Ver ponto 2.4

² Ao identificar a estrutura subjacente ao enunciado com a relação predicativa, estamos deliberadamente a simplificar. Efectivamente, a teoria formal enunciativa põe a seguinte hipótese: na origem de todo o enunciado encontra-se uma **relação primitiva entre noções** (ou representações cognitivas) ainda não lexicalizadas nem categorizadas. É da lexicalização e categorização das noções que constituem a relação primitiva que resulta a relação predicativa. (Para desenvolvimento deste ponto veja-se Culioli 1982 e Campos 1989, entre outros).

teoricamente infinito de enunciados, a cada um dos quais é associada uma **significação**. Exemplifiquemos com os seguintes enunciados:

- (2) a. há um homem a vender livros na rua
- b. esse homem já deve ter vendido muitos livros
- c. o tal homem vai vender o livro que ganhou o prêmio Nobel
- d. um dos meus livros foi vendido pelo homem de quem te falei
- e. aqueles homens venderão livros ao domicílio?
- f. antigamente, aqueles homens vendiam livros ao domicílio
- g. este homem é o (homem) que vendeu o livro do Gil

Ao observar estes enunciados, verificamos que os argumentos (*homem, livro*) da relação predicativa (1) sofreram diferentes operações de determinação, que lhes conferiram valores de quantificação e/ou qualificação. Esses argumentos ganharam, assim, uma determinação que não possuíam antes:

- para o argumento já lexicalizado *livro*, por exemplo, encontramos valores de quantificação plural não definida (*livros, muitos livros*), como em (2a), (2b), (2e) e (2f); valores de quantificação-qualificação resultantes de uma cadeia de operações de localização em que o localizador é, ou o próprio sujeito enunciador (*um dos meus livros*), como em (2d), ou o argumento possuidor/autor numa relação de posse/autoria (*o livro do Gil*), como em (2g); valores de quantificação-qualificação em que o localizador é de natureza proposicional (a relativa restritiva *que ganhou o prêmio Nobel*), como em (2c). Neste último caso é retomada, como termo localizador, uma asserção anterior que tem, neste contexto, o estatuto de pré-construído¹; essa asserção anterior pode corresponder, por exemplo, aos enunciados *houve um livro que ganhou o prêmio Nobel* ou *o livro X ganhou o prêmio Nobel*;
- para o argumento já lexicalizado *homem*, a localização corresponde, em (2a), a uma predicação de existência (*há um homem*), em que o termo localizado (*um homem*) tem como localizador a própria situação de enunciação, sendo a forma verbal (*há*) o marcador linguístico dessa localização; em (2b) e (2c), o termo localizador é uma primeira ocorrência do lexema no contexto linguístico: a localização corresponde a um processo de anaforização²; em (2d), o localizador, expresso pela relativa restritiva (*de quem te falei*), corresponde a uma enunciação anterior; em (2e), (2f) e (2g), o termo localizador é definido situacionalmente, num processo de referência deíctica (*aqueles homens, este homem*)³; em (2g) ainda, o localizador é uma asserção construída anteriormente, que tem, na enunciação de (2g), o estatuto de pré-construído ((*o homem*) que vendeu o livro do Gil).

¹ Ver 11.2.

² Ver 12.1.

³ Ver 12.2.

A construção da determinação não se esgota nas relações de localização descritas em (i) e (ii), nas quais é construída a identificação referencial dos termos localizados. Nos nossos exemplos, a identificação referencial manifesta-se em diversos tipos de sintagmas nominais. Mas esses sintagmas nominais irão adquirir um maior grau de determinação através da predicação que sobre eles incide e na qual constituem termos localizados. O termo localizador pode ser uma propriedade, por exemplo, /*(ser) vendedor de livros*/, /*(ser) simpático*/:

- (3) a. aquele homem é vendedor de livros
- b. aquele homem é simpático

O termo localizador pode ser ainda um outro sintagma nominal usado referencialmente¹, sendo a relação de localização expressa linguisticamente por um predicado de dois ou mais lugares. Por exemplo, no enunciado (2c), o termo localizado é *o tal homem*, o termo localizador é *o livro que ganhou o prêmio Nobel*, e a relação de localização é especificada pelo predicado *vender* (*vai vender*). Um outro exemplo ainda: vemos que, pela enunciação de (2g) — que é um enunciado equativo —, o termo *este homem* passa a ter maior determinação, através da sua localização em relação ao termo localizador *o homem que vendeu o livro do Gil*. Neste caso, a operação de localização manifesta-se linguisticamente através de uma identificação entre duas expressões referenciais: o verbo *ser* é, aqui, um predicado identificacional, não é, como nos enunciados (3), um elemento gramatical de ligação entre o sujeito sintáctico e um predicado não verbal.

¹ Ver unidade 8.

Numa relação de localização, ambos os termos podem ser de natureza proposicional, isto é, podem ser relações predicativas:

- (4) a. o homem vendeu muitos livros porque eram muito baratos
- b. já que os livros estão velhos, vou tratar de os vender
- c. o homem vendeu os livros baratos para se ver livre deles
- d. os livros do homem, que eram baratos, venderam-se bem

As relações interproposicionais que ocorrem em (4a), (4b) e (4c) (causa, finalidade) não oferecem qualquer dificuldade na sua interpretação. A diferença entre os valores de causa de (4a) e (4b) resulta da diferente localização enunciativa dos respectivos termos localizadores: na enunciação de (4a), é construída, não só a asserção do termo localizador (*os livros eram muito baratos*), mas também a relação de localização entre os dois termos proposicionais, localização que é marcada pela conjunção causal *porque*; na enunciação de (4b), é igualmente construída a relação de localização entre os dois termos proposicionais, e essa localização é marcada pela locução conjuncional causal *já que*; porém a asserção do termo localizador (*os livros*

¹ Ver 11.2.3.2.

estão velhos) é um pré-construído, isto é, foi construída numa enunciação anterior¹.

Em (4d), a relação é mais interessante. Este enunciado contém duas predicções que incidem, ambas, sobre o sintagma nominal *os livros do homem*, contribuindo para a sua determinação. Entre as asserções que correspondem a essas predicções existe uma relação de causa: a relativa apositiva *que eram baratos* (que, neste caso, é explicativa) exprime a causa da asserção feita na predicção principal (*venderam-se bem*). Podemos dizer, portanto, que a relação predicativa subjacente à predicção principal é localizada em relação à relação predicativa subjacente à predicção secundária (*os livros do homem eram baratos*).

Podemos sistematizar, neste momento, uma diferença, que se afigura básica, entre relativas restritivas e relativas não restritivas. Observemos de novo dois enunciados que contêm, respectivamente, uma relativa restritiva e uma relativa não restritiva²:

² Ver 11.2.3.1.

- (5) a. o escritor cedeu os direitos do livro que ganhou o Nobel
b. o escritor renegou o seu primeiro livro, que (por sinal) ganhou o Nobel

Em (5a), a relativa restritiva *que ganhou o Nobel*, localizador do termo nominal *livro*, contém uma asserção construída numa outra enunciação e retomada, na enunciação de (5a), como um pré-construído. Esta localização é necessária à construção da identificação referencial do «livro cujos direitos o autor cedeu»: é aquele que o enunciador e o seu co-enunciador sabem que ganhou o Nobel e não outro livro qualquer.

Em (5b), pelo contrário, a relativa não restritiva *que (por sinal) ganhou o Nobel*, localizador do termo nominal seu antecedente *o seu primeiro livro*, não tem como função identificar referencialmente esse termo nominal. A identificação referencial está feita, independentemente de o livro assim singularizado ter ganho ou não o prémio Nobel. A relativa corresponde, neste caso, a uma nova predicção, construída na enunciação de (5b). A relativa não restritiva tem, por vezes, como vimos em (4d), função explicativa.

³ É o que se passa, por exemplo, no chamado discurso indirecto livre, em que o narrador inclui, na sua enunciação, as próprias palavras da enunciação de um outro, sem que sejam definidas fronteiras linguísticas que permitam distinguir as duas enunciações. Procura-se, deste modo, caracterizar esse outro. É, por exemplo, um processo frequente na caracterização da personagem em romances de determinada época: «E o conde apoderou-se logo do querido Maia, para o apresentar ao seu amigo, o Sr. Sousa Neto» (Eça de Queiroz, *Os Maias*, II, Porto, Lello & Irmão Editores, s/d, 58)).

É interessante sublinhar que, nas relativas não restritivas, podem ocorrer expressões como *por sinal, como sabe, aqui para nós*, etc., cuja presença é impossível em relativas restritivas. Com efeito, essas expressões são marcas linguísticas directas da enunciação, não podendo, portanto, ocorrer em pré-construídos (a não ser, naturalmente, quando o enunciador transmite, intencionalmente, as próprias palavras ou construções da enunciação que está a retomar)³.

É evidente que, em (5b), o termo *o seu primeiro livro* ganhou uma determinação que não possuía antes de entrar na relação de localização em que o termo localizador é a relativa não restritiva. Mas, insistimos, essa determinação não visa, como em (5a), construir a identificação referencial do termo localizado.

Observemos outros exemplos de operações de localização em que o termo localizador faz parte da sequência linguística:

- (6) a. o Gil é alto para latino
- b. o Gil é alto como uma torre
- c. o Gil é alto como tudo!
- d. como o Gil é alto!

Nos enunciados (6), a propriedade predicada (*ser*) *alto* é localizada em relação a diferentes localizadores, correspondendo cada localização a um grau diferente da propriedade. Nos enunciados (6a) e (6b), a operação de localização manifesta-se nos operadores linguísticos *para* e *como*, e o termo localizador corresponde a uma segunda propriedade estabilizada, com valor bem determinado na escala associada ao predicado (*ser*) *alto*. O predicado (*ser*) *torre* é, neste caso, marcador linguístico do valor de alto-grau daquela escala.

Os enunciados (6c) e (6d) apresentam casos mais complexos de localização. Em ambos os casos o operador de localização é a conjunção *como*. Se compararmos (6b) e (6c), vemos que apresentam estruturas paralelas. Mas, em (6c), o termo localizador não é apenas um predicado que, na estrutura semântica do léxico do português, se identifica com o pólo positivo da escala associada a (*ser*) *alto*, mas que pode, nesse pólo, ser substituído ou até ultrapassado por outro predicado. Não esqueçamos que o léxico é constituído por subsistemas abertos em constante evolução. O localizador *tudo* exprime, em termos absolutos, o grau máximo, não só da propriedade expressa pelo predicado (*ser*) *alto*, mas também de qualquer outra propriedade.

Quanto a (6d), finalmente, qualquer falante-ouvinte do português não hesitará em dizer que exprime um valor de alto-grau da propriedade predicada (*ser*) *alto*. Mas o termo localizador — que, à semelhança do que se passa nos enunciados anteriores, deveria ser introduzido pela conjunção *como* — não está realizado lexicalmente. Qual será esse termo localizador que não é realizado em superfície? Se compararmos os enunciados (6b), (6c) e (6d), que exprimem, todos, o alto-grau da propriedade, verificamos que o termo localizador se vai tornando progressivamente mais abstracto, culminando, em (6d), com a sua omissão. Esta é associada à deslocação do operador linguístico de localização para um ponto, rigorosamente determinado, no início da sequência linguística. Este processo sintáctico — deslocação do operador linguístico de localização e omissão do termo localizador — corresponde, em muitas línguas, à construção do alto-grau expresso nas exclamativas, e parece ocorrer quando o termo localizador, implícito, é a própria propriedade predicada.

Encontra-se em francês um tipo de construção de alto-grau em que o termo localizador é a propriedade predicada, sendo, no entanto realizado foneticamente. É o que se passa em (7), em que o termo localizador é a propriedade

predicada na relação predicativa — *il travaille* — e o operador linguístico de localização é a preposição *pour* (*pour travailler*):

(7) *pour travailler, il travaille*

Nesta construção, a ordem sintáctica dos termos é pertinente e o operador de localização *pour* é apenas a marca de uma relação construída como estabilizada. Se se invertesse a ordem dos termos o enunciado seria semanticamente diferente¹:

¹ Ver Culioli 1981.

(8) *il travaille pour travailler*

É evidente que em francês existe também a construção exclamativa com valor de alto-grau equivalente ao que é construído na enunciação de (6d):

- (9) a. *qu'il est grand!*
b. *comme il travaille!*

Até aqui apresentámos exemplos de relações de localização em que o termo localizador pertence à própria sequência linguística. Entre as operações constitutivas do enunciado, há algumas, designadas operações enunciativas, em que o termo localizador é a própria situação de enunciação SIT_0 ou, especificamente, um dos parâmetros S_0 ou T_0 que a definem. Vejamos alguns exemplos:

- (10) a. o Gil está a ler o último romance de X
b. o Gil já leu o último romance de X
c. o Gil já deve ter lido o último romance de X

Nesta altura, podemos já dizer que, subjacente a qualquer dos enunciados (10), há uma relação predicativa — $\langle \text{ler, o Gil, o último romance de X} \rangle$ — em que os termos que ocupam os lugares de argumentos foram já quantificados e qualificados. E podemos dizer também que a qualquer dos enunciados corresponde um acontecimento linguístico ao qual se associa, necessariamente, um tempo abstracto — que tem valores diferentes em (10a) e (10b). Designaremos esse tempo abstracto por **Tempo do acontecimento linguístico**, ou T_2 . Generalizando esta observação, diremos que a todo o enunciado se associa um T_2 , e que os seus valores referenciais de tempo resultam da relação entre T_2 e o tempo T_0 da enunciação.

Analisemos um pouco mais em pormenor o que se passa nos enunciados (10). Em (10a) temos um enunciado que, qualquer pessoa o dirá, tem **valor temporal** de presente. Mas presente em relação a quê? Ao falarmos em valores temporais — presente, passado, futuro —, temos de especificar que esses valores resultam de uma operação de localização em que há um termo localizado e um termo localizador. Diremos então, para o enunciado (10a), que o aconteci-

mento linguístico é construído como simultâneo da própria situação de enunciação. Isto é, o tempo T_2 do acontecimento linguístico é construído como simultâneo de SIT_0 , ou, mais especificamente, do parâmetro T_0 . Este é termo localizador na relação de localização em que a relação predicativa <ler, o Gil, o último romance de X> é o termo localizado. É nesta relação de localização que se constrói o valor temporal do enunciado.

Continuando a analisar o enunciado (10a), observamos que o acontecimento linguístico é construído como estando a decorrer (ou em curso) no preciso momento em que a enunciação tem lugar, isto é, em T_0 . A par do valor temporal, há, portanto, construção do valor de outra categoria gramatical — o **valor aspectual** —, resultando de outra operação de localização em que o termo localizado é a relação predicativa <ler, o Gil, o último romance de X> e o termo localizador é o tempo T_0 da enunciação. O valor aspectual diz respeito à forma como o acontecimento é estruturado linguisticamente e não à sua localização cronológica.

As mesmas considerações podem ser feitas para o enunciado (10b). Mas neste caso, no que respeita ao valor temporal, o acontecimento linguístico é construído como anterior a T_0 , parâmetro temporal da situação de enunciação. Quanto ao valor aspectual, o localizador é igualmente T_0 , e o acontecimento linguístico é construído como um todo uma vez que já não está em curso em T_0 .

Em (10c) encontramos marcas linguísticas de relações de localização em que, como em (10a) e (10b), a relação predicativa é o termo localizado e em que o termo localizador é a situação de enunciação. Podemos, na análise de (10c), distinguir, por um lado, a relação de localização em que o termo localizador é o tempo T_0 da enunciação, resultando desta localização valores referenciais de tempo e aspecto marcados pela forma verbal *ter lido*; por outro lado, a relação de localização em que o termo localizador é o sujeito S_0 da enunciação, resultando um **valor modal** (ou uma **modalidade**), de que é marcador a forma verbal *deve*.

Comparando (10b) e (10c), constatamos que o valor temporal é o mesmo. No entanto, a presença do marcador modal *deve* determina uma alteração no marcador aspectual-temporal. Este, com efeito, passa de *leu*, em (10b), a *ter lido*, em (10c). Podemos concluir desde já que há interdependência na construção dos valores de diferentes categorias gramaticais (é o que se passa, neste exemplo, com as categorias aspecto, tempo e modalidade).

Nesta introdução, quisemos apenas mostrar que o enunciado resulta de um conjunto de operações de localização, que constroem relações de localização correspondendo a valores de diferentes categorias gramaticais. Nas subunidades que se seguem iremos analisar com maior desenvolvimento a construção de valores referenciais de tempo-aspecto (11.1) e de modalidade (11.2).

11.1 Valores aspectuais-temporais

Ao observarmos diferentes enunciados em português — e certamente na maior parte das línguas — verificamos que a esses enunciados correspondem diferentes tipos de acontecimentos linguísticos, aos quais se associa um tempo abstracto T_2 ¹:

¹ Trata-se de tempo nocional e não de tempo gramatical.

- (11) a. a Ana chegou às duas horas
- b. o Gil escreveu uma carta aos amigos em cinco minutos
- c. a Clara correu toda a manhã
- d. a Rita esteve doente dois dias

Observemos, nos enunciados (11b), (11c) e (11d), a coocorrência dos SVs *escreveu uma carta*, *correu* e *esteve doente* com, respectivamente, as expressões temporais *em cinco minutos*, *toda a manhã* e *dois dias*. Parece-nos possível concluir que o tempo T_2 associado àqueles enunciados pode ser representado como uma **sequência de pontos** (ou **instantes**), que corresponde a cada uma daquelas expressões temporais. Alarguemos esta conclusão ao enunciado (11a), apesar de o acontecimento ali representado ser pontual, considerando que, neste caso, a sequência de instantes é constituída por um único instante.

11.1.1 Tempos gramaticais e referência temporal-aspectual

O tempo T_2 tem um valor que resulta da sua localização em relação a T_0 , e esse valor pode ser de **anterioridade**, de **simultaneidade**, ou de **posterioridade** em relação a T_0 . Esses valores estão exemplificados nos enunciados (12a), (12b) e (12c), respectivamente²:

² Preferimos os termos 'anterioridade', 'simultaneidade' e 'posterioridade' porque, mesmo no seu sentido corrente, implicam a existência de uma relação binária: «X é anterior a Y», «X é simultâneo de Y», «X é posterior a Y». Em contexto vazio, *X é anterior* é uma sequência não gramatical, ao passo que *X é passado* é um enunciado possível.

- (12) a. a Ana falou com o pintor
- b. a Clara está em Madrid
- c. o Gil vai fazer exame de Física

Em (12a), é a forma do pretérito perfeito simples que exprime o valor de anterioridade em relação a T_0 . Mas também o imperfeito pode exprimir esse valor temporal:

- (13) a. a Ana estava a falar com o pintor quando eu cheguei
- b. X: por que não foi a Ana receber-te quando chegaste?
Y: (a Ana) estava a falar com o pintor

Os enunciados (12a) e (13) derivam de uma mesma relação predicativa <falar, a Ana, o pintor>, que lhes é subjacente, e têm o mesmo valor temporal de anterioridade em relação a T_0 .

Em que diferem, então, os dois enunciados?

Em (12a), o acontecimento linguístico é construído como um todo fechado, isto é, a sequência de instantes que constitui o tempo T_2 — «tempo durante o qual a Ana falou com o pintor» — é perspectivada globalmente a partir do localizador T_0 , que lhe é exterior.

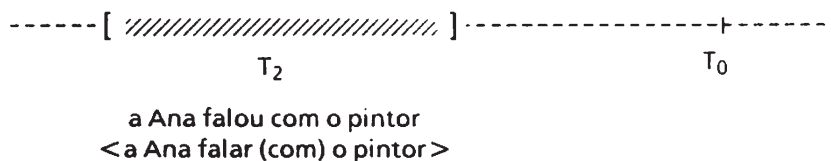
Em (13), pelo contrário, o acontecimento é construído a partir de um ponto localizador que coincide com um dos pontos de T_2 , isto é, que é interior a T_2 . Esse ponto localizador, que designarei por T_3 , é um localizador intermédio entre T_2 e T_0 . Por outras palavras, T_2 é localizado em relação a T_3 , que, por seu turno, é localizado em relação a T_0 . Adiante veremos que, por vezes, a relação entre T_3 e T_2 é de não-localização.

O localizador T_3 é explicitado linguisticamente, ou na sequência em que coocorre com a forma do imperfeito (ex. (13a): *quando eu cheguei*), ou, como em (13b), numa sequência anterior integrando o mesmo contexto linguístico (*quando chegaste*). O localizador T_3 é, em alguns casos, implícito, desde que seja claramente definido pelo contexto situacional. Por exemplo, o locutor X encontra o seu interlocutor Y, que acabou de chegar e que está sozinho, apesar de dever ter sido recebido, à sua chegada, «pela Ana». É desnecessária a expressão linguística do localizador T_3 , que corresponde, sem qualquer ambiguidade, à própria chegada de Y.

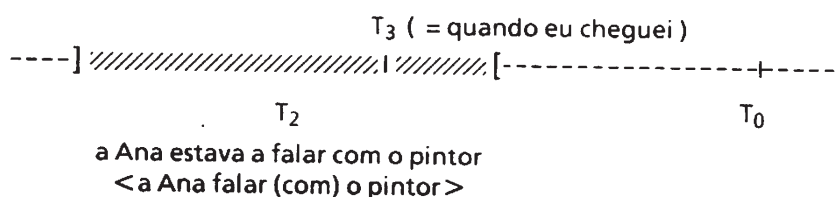
Sendo perspectivado do interior do tempo que lhe é associado, o acontecimento linguístico, em (13), é construído como estando em curso, e não como um todo fechado.

Vemos, então, que a diferença entre os acontecimentos construídos em (12a) e em (13) tem origem no facto de esses dois acontecimentos serem perspectivados a partir de pontos diferentes. Daí resultam diferentes formas de estruturar o acontecimento no tempo T_2 que lhe é associado. Por outras palavras, a diferença entre os dois enunciados é de natureza aspectual. Podemos representar essa diferença nos seguintes diagramas, em que as sequências de instantes correspondendo a T_2 são representadas por meio de intervalos (isto é, por meio de sequências contínuas de pontos):

(14) a.



b.

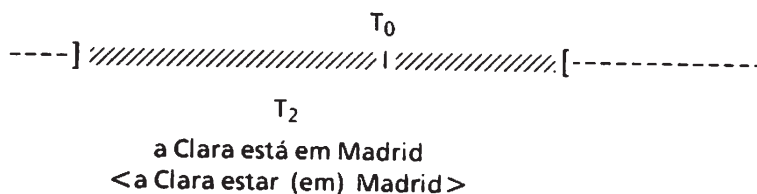


Em (12a), o acontecimento linguístico é construído como um todo fechado: representamos, em (14a), a respectiva sequência de instantes (isto é, T₂) como um **intervalo fechado** (]). Em (13), o acontecimento é construído como estando **em curso**, isto é, como estando a decorrer em T₃ (*quando eu cheguei*). Não havendo construção dos primeiro e último pontos da sequência que constitui T₂, representamos, em (14b), essa sequência de instantes como um **intervalo aberto** ([). Diremos, então, que o enunciado (12a) tem valor aspectual **perfectivo** (em relação a T₀) e que o enunciado (13) tem valor aspectual **imperfectivo** (em relação a T₃).

No exemplo (12b), o presente linguístico (*está*) marca o valor temporal de simultaneidade em relação a T₀ e o valor aspectual imperfectivo, também em relação a T₀. Neste enunciado, o acontecimento é construído como estando em curso em T₀. Esta coordenada é simultaneamente localizador temporal e localizador aspectual.

Representemos as relações acima descritas por meio de um diagrama de intervalos:

(15)



Em (12b), o valor de simultaneidade em relação a T₀ — valor que é geralmente designado por presente ou presente actual — é expresso pelo presente gramatical simples do verbo *estar* (*está*). Para outros tipos de verbos — a que nos referiremos adiante — este valor temporal é expresso por uma forma perifrásica — a forma progressiva — do presente gramatical:

(16) a. a Ana está a falar/falando com o pintor

b. o Gil está a escrever/escrevendo uma carta aos amigos

O valor temporal-aspectual dos enunciados (16) teria uma representação diagramática semelhante à que é apresentada em (15).

- ii. o localizador do valor temporal pode não coincidir com o localizador do valor aspectual. Em (12a), o localizador temporal e o localizador aspectual coincidem: é o próprio tempo da enunciação. Em (13), o localizador temporal do valor de anterioridade é T_0 , sendo T_3 (*quando cheguei/quando chegaste*) um localizador intermédio entre T_2 e T_0 . E o localizador aspectual é T_3 . Em (12b) e (12c), coincidem novamente os localizadores temporal e aspectual. Em (18), o localizador temporal é T_0 e o localizador aspectual é T_3 (*quando a feira abrir*).
- iii. o localizador, quando é T_0 , não necessita de ser explicitado linguisticamente; quando é distinto de T_0 , ou é explicitado linguisticamente (como se pode ver nos enunciados (13) e (18)), ou é claramente definido no contexto situacional.

Nos exemplos apresentados até agora, há construção de um acontecimento linguístico único, determinado temporalmente, quer seja ou não localizado em relação a Sit_0 . Por vezes, porém, o enunciado marca a construção de uma classe não finita de acontecimentos:

- (21) a. a Ana está em Paris sempre que há uma feira
- b. o Gil nada no Guincho uma vez por semana
- c. a Rita desmaia muitas vezes
- d. a Clara escreve uma crónica quando está aborrecida

A quantificação da relação predicativa é marcada, em (21), pela combinação do presente linguístico com os predicados verbais, e pela sua coocorrência com determinado tipo de adverbiais de tempo. Essa quantificação corresponde à construção de uma classe de acontecimentos que se repetem um número não determinado de vezes, isto é, tem valor **habitual** ou **iterativo**.

O valor habitual pode ser visto como uma propriedade que o enunciador constrói como válida (isto é, verdadeira) em Sit_0 . O tempo T_0 da enunciação é, portanto, um dos instantes da sequência T_2 associada ao acontecimento linguístico. Podemos então dizer que, do ponto de vista aspectual, estamos perante um valor imperfectivo.

O valor habitual construído como válido num tempo anterior a Sit_0 é geralmente marcado pela combinação do predicado verbal com o tempo gramatical pretérito imperfeito:

- (22) a. quando era novo, o Gil nadava no Guincho muitas vezes
- b. nesse tempo, a Clara escrevia uma crónica quando estava aborrecida

Parece-nos importante sublinhar que só falamos de valor habitual ou de valor iterativo para referir os casos em que há construção de uma classe de ocorrências de um mesmo acontecimento linguístico, que se repete um número indefinido de vezes. Atribuímos, portanto, valor iterativo ao enunciado *vou ao cinema duas vezes por mês*, mas não ao enunciado *o mês passado fui ao cinema duas vezes*.

Por outro lado, o termo 'iterativo' que aqui introduzimos não coincide com o termo por vezes usado em gramática tradicional para designar verbos como, por exemplo, *saltitar*. Este verbo exprime um determinado tipo de actividade¹, e pode integrar enunciados com valor iterativo (*o pássaro saltita todas as manhãs na minha janela*) ou com valor singular (*o pássaro saltitou de alegria*).

¹ Ver 11.1.3.2.

11.1.2 *Adverbiais de tempo*

Observemos um novo grupo de enunciados:

- (23) a. a Ana falou com o pintor a semana passada
b. a Clara está em Madrid neste momento
c. o Gil vai fazer exame de Física amanhã
d. a Ana chegou às duas horas
e. a Ana estava a falar com o pintor quando eu cheguei
f. a Ana está em Paris quando a feira abrir
g. a Ana estará em Paris quando a feira abrir

Os enunciados (23a) a (23c) correspondem aos enunciados (12), sendo, porém, especificada a referência temporal marcada na flexão verbal. Os enunciados (23d), (23e), (23f) e (23g) repetem, respectivamente, os enunciados (11a), (13a), (18a) e (18b).

Constatamos que a referência temporal-aspectual, que, como atrás já foi referido, é marcada basicamente nos morfemas da flexão verbal, pode ser especificada noutros tipos de marcadores linguísticos. Em alguns casos — por exemplo, em (23a) a (23d) — essa especificação não é necessária para que a sequência constitua um enunciado². Quando, porém, a referência temporal é marcada pelo tempo gramatical imperfeito (enunciado (23e)), ela é obrigatoriamente complementada por um localizador intermédio T₃ realizado linguisticamente ou definido situacionalmente.

² Ver 2.4.1.

Há outros casos ainda em que, para a construção de um valor de posterioridade, é necessária a especificação temporal através de um localizador T₃. Se, nos exemplos (23f) e (23g), fosse suprimida a expressão *quando a feira abrir*,

que corresponde ao localizador T_3 , os enunciados teriam valor temporal de simultaneidade em relação a T_0 isto é, $T_2 = T_0$. E a sequência (21g), em contexto prosódico adequado, teria valor modal de dúvida.

Ao localizador intermédio, que designámos por T_3 , correspondem diversos tipos de realização linguística. Na exemplificação apresentada até agora, o localizador T_3 manifesta-se sob a forma de sintagma nominal (SN) (*toda a manhã, dois dias, a semana passada*), de sintagma preposicional (SP) (*neste momento, às duas horas*), de advérbio (Adv) (*amanhã*), de sintagma de natureza proposicional (SC) (*quando cheguei, quando a feira abrir*)¹.

¹ Ver unidades 4 e 6.

Esta exemplificação das formas sob as quais o localizador T_3 se pode realizar mostra, desde já, que essas formas constituem uma classe aberta, isto é, uma classe cujos elementos são, teoricamente, em número infinito. Nisso diferem dos morfemas da flexão verbal, que, em línguas como o português, são os marcadores básicos da referência temporal-aspectual, e que constituem uma classe finita, isto é, fechada.

As expressões temporais acima referidas, pelas quais se realiza linguisticamente o localizador T_3 , designam-se habitualmente pelo termo **adverbiais** ou, numa perspectiva mais estritamente sintáctica, **adjuntos circunstanciais**².

² Ver unidades anteriores.

Se o leitor destas linhas teve o cuidado de ir seguindo cada uma das expressões temporais exemplificadas neste capítulo, verificou que a expressão *em cinco minutos*, que surge no exemplo (11b), não foi incluída na lista dos adverbiais que realizam o localizador T_3 . A expressão *em cinco minutos* é também um advérbio: por um lado, especifica a referência marcada na flexão verbal; por outro lado, na estruturação sintáctica do enunciado, está, como os restantes adverbiais, em posição de adjunção a SV³. Mas, diferentemente de *a semana passada* ou *amanhã*, não localiza temporalmente a relação predicativa em relação ao parâmetro temporal da enunciação ou a qualquer outro parâmetro temporal.

³ Ver unidade 6.

Nos adverbiais que especificam a referência temporal, podemos distinguir, portanto, dois grupos: os **adverbiais temporais**, ou de localização temporal, que correspondem ao localizador temporal T_3 , e os **adverbiais aspectuais**, ou de localização aspectual, que especificam a estruturação do acontecimento linguístico no interior de T_2 , independentemente de qualquer localização temporal. Vejamos alguns exemplos:

- (24) a. ontem, o Gil tocou piano durante duas horas
b. esta manhã, a Ana correu os cem metros em meio minuto
c. no próximo ano, a Rita irá a Paris uma vez por mês

Em (24) encontramos os dois tipos de adverbiais: *ontem, esta manhã e no próximo ano*, que especificam a localização temporal marcada na flexão verbal, e que correspondem, portanto, ao localizador T_3 ; *durante duas horas, em*

meio minuto e uma vez por mês, que especificam a localização aspectual, isto é, a forma como o acontecimento linguístico é estruturado em T_2 .

Alguns advérbiais são simultaneamente de localização aspectual e de localização temporal:

- (25) o Gil estudou (durante) toda a manhã

O advérbial (*durante*) *toda a manhã* localiza temporalmente o acontecimento relativamente a T_0 : na construção linguística, e em contexto vazio, T_2 situa-se na manhã e T_0 na tarde ou na noite do mesmo dia. Simultaneamente, o advérbial estrutura o acontecimento como homogêneo no interior e ao longo de T_2 . Por outras palavras, em cada um dos pontos de T_2 , o acontecimento mantém as mesmas características.

11.1.2.1 Advérbiais de localização temporal

Observemos um novo grupo de enunciados em que ocorrem advérbiais localizadores temporais:

- (26) a. a Ana escreveu a carta durante a noite
b. o Pedro guiou durante toda a noite
c. o Gil cortou a meta às duas horas
d. a Rita encontra-se comigo dentro de uma hora
e. a Clara vive em Lisboa desde 1974
f. a Inês nasceu em Setembro

Nos enunciados (26a) e (26f), o acontecimento ocorre no interior de T_3 , sem que T_2 coincida com toda a extensão de T_3 . Podemos dizer que T_2 está incluído em T_3 . Os advérbiais *durante a noite* e *em Setembro* (e ainda *ontem, no próximo ano*, etc.) são **inclusivos**.

Em (26b) e (26e), a duração do acontecimento coincide com a duração expressa pelo advérbial, isto é, T_3 coincide com T_2 em toda a sua extensão. Diz-se que os advérbiais *durante toda a noite* e *desde 1974* (e ainda *até às cinco horas*, etc.) são **durativos**.

Em (26c) e (26d), o advérbial especifica a referência temporal de um acontecimento teoricamente sem duração. Os advérbiais *às duas horas* e *dentro de uma hora* (e ainda *há cinco minutos, nesse momento*, etc.) são **pontuais**.

Se compararmos o advérbial durativo *durante toda a noite* com o advérbial inclusivo *durante a noite*, verificamos que se distinguem pela presença, no primeiro, de um quantificador (*toda*), e pela possibilidade de omissão, também

no primeiro, da preposição *durante*. Isto é, os advérbios introduzidos pela preposição *durante* são durativos quando têm a forma '(durante) Q N de T,' e são inclusivos quando têm a forma 'durante N de T' (em que 'Q' é uma variável de quantificador — cardinal ou indefinido —, e 'N de T' é uma variável de unidade de tempo — *dia, hora, tempo*, etc.).

Dissemos que T_3 é um localizador intermédio entre T_2 e T_0 , podendo, por vezes, haver uma relação de não-localização entre T_3 e T_0 . Vejamos alguns exemplos:

- (27) a. a Ana ganhou uma medalha de ouro o ano passado
b. Lisboa sofreu um terramoto em 1 de Novembro de 1755. Em Outubro, ninguém poderia imaginar uma tal catástrofe
c. a Clara estava em Lisboa quando a tua filha nasceu
d. em Outubro, o Gil esteve em Paris, porque, nesse mês, foi ali inaugurada uma retrospectiva da obra de Gauguin

Comparemos os advérbios temporais *o ano passado*, *em 1 de Novembro de 1755*, *quando a tua filha nasceu*, *nesse mês* e *em Outubro*, analisando-os por esta ordem.

A expressão *o ano passado* corresponde a um localizador intermédio T_3 que é localizado em relação a T_0 . Só é possível reconstruir o seu valor referencial a partir do conhecimento do parâmetro temporal da enunciação. Uma expressão cujo valor referencial só pode ser reconstruído a partir do conhecimento dos (ou de um dos) parâmetros que definem Sit_0 é uma expressão **deíctica**. Outros **advérbios temporais deícticos** são, por exemplo, *neste momento*, *dentro de dez minutos*, *desde ontem*¹.

¹ Ver 12.2.

O advérbio *em 1 de Novembro de 1755* corresponde a um localizador T_3 que não é, ele próprio, localizado em relação a qualquer localizador. Tem um valor referencial que é independente de qualquer outro termo. Trata-se de um **advérbio autónomo**. Outros advérbios temporais autónomos são, por exemplo, *desde 1974*, *no momento em que X entrou*.

Também a expressão *quando a tua filha nasceu* é um advérbio autónomo, porque tem autonomia temporal, independentemente de um dos seus constituintes — *a tua filha* — ser de natureza deíctica. O que se constrói, quando o localizador T_3 é de natureza proposicional, é uma relação temporal de simultaneidade entre dois acontecimentos. Nessa medida, não é necessário que T_3 seja termo localizado numa relação de localização. Mas é evidente que T_3 pode entrar numa outra relação de localização, em que o localizador seja, por exemplo, T_0 : *quando a filha nasceu, há uma semana*.

O advérbio temporal *nesse mês* marca uma relação de localização em que o termo localizador é o advérbio *em Outubro*, que ocorre no contexto linguístico. Com efeito, a reconstrução do valor referencial marcado no advérbio

nesse mês depende do conhecimento do valor referencial do localizador *em Outubro*. Diremos, neste caso, que a expressão *nesse mês* é um **adverbial anafórico**¹. Outros adverbiais temporais anafóricos são, por exemplo, *então*, *dois dias depois*, *na semana anterior*, *desde a véspera*.

¹ Ver 12.1.

No enunciado (27d), a expressão *em Outubro* marca uma relação de localização em que o termo localizador é T_0 : *em Outubro* é equivalente a *em Outubro passado*. Diremos então que se trata de um adverbial deíctico. Mas, em (27b), a mesma expressão marca uma relação de localização em que o termo localizador não é T_0 mas sim a expressão *1 de Novembro de 1755*, que ocorre no contexto linguístico. Neste caso, a expressão *em Outubro* é um adverbial anafórico. Vemos, portanto, que alguns adverbiais temporais podem ser deícticos ou anafóricos. Na tipologia de Borillo (1983) que temos estado a seguir, estes adverbiais são chamados **adverbiais polivalentes**. Outros adverbiais polivalentes são, por exemplo, *às duas da tarde*, *durante a noite*, *desde o Verão*.

Há adverbiais cujo valor referencial é determinado pelo valor temporal marcado no morfema da flexão verbal. Vejamos alguns exemplos:

- (28) a. em Outubro fui/vou a Paris
b. esta tarde fomos/vamos ao teatro

Os adverbiais *em Outubro* e *esta tarde* são interpretados como tendo valor referencial de anterioridade ou de posterioridade em relação a um localizador (neste caso T_0) consoante coocorrem, na sequência linguística, com o pretérito ou com o presente, respectivamente. Por outro lado, já atrás tínhamos visto que os tempos gramaticais presente e futuro simples de alguns verbos (por exemplo, *estar (em)*) marcam valor de simultaneidade ou de posterioridade em relação a T_0 conforme são ou não complementados por determinados adverbiais temporais (ex. 18). Podemos, assim, concluir que, para o valor referencial de um enunciado concorrem, de forma interdependente, os valores referenciais dos seus diferentes constituintes.

11.1.2.2 Adverbiais de localização aspectual

Vejamos agora alguns exemplos de adverbiais aspectuais:

- (29) a. a Ana correu durante cinco minutos
b. o Gil fez o relatório em cinco minutos
c. a Rita vem a Lisboa frequentemente

Os adverbiais que ocorrem em (29a) e (29b) especificam a duração do acontecimento mas não a sua localização temporal, uma vez que não marcam

qualquer valor de anterioridade, simultaneidade ou posterioridade em relação a um localizador. São, portanto, adverbiais aspectuais.

O adverbial que ocorre em (29a) — *durante cinco minutos* — é durativo. Além da duração do acontecimento, o adverbial aspectual durativo ('durante Q N de T') especifica que esse acontecimento é construído como homogéneo em T₂. Isto é, como vimos atrás, na construção linguística, o acontecimento não sofre qualquer alteração qualitativa no decurso do tempo T₂. Podemos concluir que os adverbiais durativos são sempre aspectuais. Em alguns casos, como por exemplo nos enunciados (25), (26b) e (26e), são simultaneamente localizadores temporais.

O adverbial aspectual que ocorre em (29b) — *em cinco minutos* — é da forma 'em Q N de T'. Este tipo de adverbial especifica que o acontecimento teve a sua realização completa — isto é, teve o seu início, se desenvolveu e terminou — num determinado intervalo de tempo T₂, que é construído globalmente. Portanto, este adverbial especifica o acontecimento como não homogéneo em T₂. Para o distinguir do adverbial aspectual durativo, designá-lo-emos por **adverbial de realização**.

Em (29c) ocorre um terceiro tipo de adverbial aspectual (*frequentemente*). É o **adverbial frequencial**. Este tipo de adverbial especifica a frequência com que um acontecimento linguístico se repete. Está, portanto, associado a valores habituais ou iterativos. Outros adverbiais frequenciais são *raras vezes, uma vez por ano, todas as tardes, quando chove, etc.*¹.

¹ Ver ex. (21) e (22).

Por vezes, é o adverbial frequencial que marca o valor iterativo de um enunciado. Por exemplo, em (21a) — *a Ana está em Paris sempre que há uma feira* —, se o adverbial fosse omitido, o enunciado teria valor de simultaneidade em relação a Sit₀. Tratando-se de um predicado estativo, a sua combinação com o presente linguístico exprime o presente actual (ou simultaneidade com Sit₀)². Nestes casos, portanto, o adverbial frequencial não só especifica a frequência de ocorrência dos acontecimentos que se repetem, mas é o próprio marcador do valor iterativo.

² Ver 11.1.3.

11.1.3 Natureza aspectual da relação predicativa

Na origem da boa-formação de um enunciado está um determinado número de restrições de coocorrência entre os seus diversos constituintes. Por exemplo, em contexto vazio, qualquer falante nativo do português rejeitará as sequências seguintes, por não estarem de acordo com as restrições que constituem regras gramaticais da sua língua:

- (30) a. *a cadeira foi ao cinema
b. *o Pedro foi

- c. *o Gil foi ao cinema amanhã
- d. *a Ana irá ao cinema no verão passado

A intuição linguística do falante, que lhe permite emitir juízos de gramaticalidade sobre as sequências (30), permitir-lhe-á sem dúvida enunciar, com carácter de norma, as restrições que não foram seguidas. A formulação dessas restrições poderá, muitas vezes, assumir uma forma rudimentar: «uma cadeira não vai ao cinema», «se se diz que o Pedro foi tem de se dizer onde foi», «se diz que 'foi' não pode ser 'amanhã'», etc.¹

¹ A sequência (30b) seria possível em contexto adequado.

Observemos agora um novo grupo de sequências em que a boa ou má-formação resultam de compatibilidade/incompatibilidade de natureza aspectual:

- (31) a. o soldado chegou à aldeia às duas horas
- b. a Clara viveu em Lisboa durante dois anos
- c. a Ana correu durante duas horas
- d. o Gil comeu o bolo em dois minutos
- (32) a. *o soldado chegou à aldeia durante duas horas
- b. *a Clara viveu em Lisboa em dois anos
- c. *a Ana correu em duas horas
- d. *o Gil comeu o bolo durante dois minutos

O falante nativo do português não hesitará em considerar bem formadas as sequências (31). E rejeitará, sem dúvida, as sequências (32), por serem mal formadas, tendo embora, em geral, maior dificuldade em explicitar as restrições que estão na base deste seu juízo.

Ao contrário do que acontece em (30c) e (30d), a má-formação das sequências (32) não resulta de incompatibilidade entre o tempo gramatical e o adverbial. Com efeito, é o mesmo tempo gramatical — pretérito perfeito simples — que ocorre nas sequências (31) e (32), e esse tempo é compatível com os diversos tipos de adverbiais: com o adverbial pontual (ex.(31a)), com o adverbial durativo (ex.(31b) e (31c)), com o adverbial de realização (ex.(31d)). O pretérito perfeito simples é igualmente compatível com adverbiais inclusivos (*ontem, na década de 70, esta tarde, de manhã*), como podemos constatar nas sequências seguintes:

- (33) a. o soldado chegou à aldeia ontem às duas horas/em duas horas
- b. o Pedro viveu em Lisboa na década de 70 durante dois anos
- c. a Ana correu esta tarde durante duas horas
- d. o Gil comeu o bolo de manhã em dois minutos

Pode, assim, concluir-se que o que está na origem da má-formação de cada uma das sequências (32) é a incompatibilidade entre a relação predicativa localizada e o adverbial aspectual.

Vimos atrás que a relação predicativa é um objecto metalinguístico ao qual se associa um sentido. E esse sentido consiste na relação entre o predicado e os seus argumentos, ou na relação entre dois argumentos especificada através do predicado. Podemos dizer que o sentido da relação predicativa corresponde a um tipo de *situação*, ou que a relação predicativa representa uma situação. Quando essa relação predicativa for localizada em relação aos parâmetros que definem a situação de enunciação, sendo, conseqüentemente, afectada de valores referenciais, passará a ser um acontecimento linguístico.

Reformulemos o que acima foi dito: em cada uma das sequências (32) a situação representada pela relação predicativa é incompatível com a estruturação de T_2 expressa pelo adverbial.

Procuremos isolar, em cada caso, as causas da incompatibilidade.

O predicado constitutivo da relação predicativa é um elemento central na definição do tipo de situação. Assim, os predicados *comer*, *gostar*, *encontrar*, *comprar* especificam diferentes tipos de relações entre os argumentos *rapaz* e *bolo* — <comer, rapaz, bolo>, <gostar, rapaz, bolo>, <encontrar, rapaz, bolo>, <comprar, rapaz, bolo> — e essas relações correspondem a diferentes tipos de situação, como veremos adiante.

Vamos começar por distinguir os diferentes tipos de situação que podem ser expressos por predicados verbais.

11.1.3.1 Eventos

Observemos alguns enunciados:

- (34) a. o Gil desmaiou
- b. a Ana descascou uma laranja
- c. a Clara esteve doente
- d. o Gil nadou

Comparemos os tipos de situação expressos nos enunciados (34). Agrupemos, por um lado, (34a) e (34b), e, por outro lado, (34c) e (34d). Vejamos qual o critério que está na base da constituição destes dois grupos.

No primeiro grupo — (34a) e (34b) —, *desmaiar* significa «passar do estado de não desmaiado ao estado de desmaiado», e essa passagem (ou transição) constitui um *limiar semântico*, que faz parte da própria definição do verbo.

Igualmente, *descascar uma laranja* significa «fazer que uma laranja passe do estado de não descascada ao estado de descascada», e essa passagem constitui um limiar semântico que faz parte da definição do próprio verbo (ou melhor, neste caso, do próprio sintagma verbal).

O mesmo não se passa com o grupo constituído por (34c) e (34d). Os predicados (*estar doente* e *nadar*) não implicam, na sua definição, a existência de uma transição que corresponda à passagem de um limiar semântico. A expressão *estar doente* não significa «passar do estado de não doente ao estado de doente». A transição do «estado de não doente» ao «estado de doente» é expressa pelo verbo *adoecer* ou pela expressão *ficar doente*, que incluiríamos no grupo a que pertence, entre muitos outros, o verbo *desmaiar*.

O verbo *nadar* não exprime a transição entre «não nadar» e «nadar». Para exprimir essa transição recorre-se, por exemplo, à forma perifrástica com o verbo *começar*, designado por alguns linguistas 'verbo aspectual' — *começar a nadar*¹.

¹ Mateus 1989: 95, entre outros.

Os predicados *desmaiar*, *descascar uma laranja*, *adoecer* e também *chegar* (ex. 32a), *comer o bolo* (ex. 32d), *almoçar*, *ler o livro*, *encontrar*, *comprar*, *entrar*, *sair*, *nascer*, *morrer*, etc., exprimem situações que, na sua definição, incluem um limiar semântico. Essas situações são designadas **eventos**. Os predicados acima integram, portanto, a **classe aspectual** que exprime ou representa eventos.

Os predicados *desmaiar*, *adoecer*, *chegar*, *entrar*, *sair*, *nascer*, *morrer*, *encontrar*, *comprar*, etc. representam situações que são **eventos instantâneos**. Teoricamente, o evento instantâneo consiste na passagem de uma fronteira sem dimensão, isto é, na passagem (ou mudança) de um estado a outro estado, que é o **estado resultante** do evento. «Estar desmaiado» é o estado resultante do evento expresso por *desmaiar*, «estar doente» é o estado resultante do evento expresso por *adoecer*, «ser/estar/ter chegado» é o estado resultante do evento expresso por *chegar*, «estar dentro de» é o estado resultante do evento expresso por *entrar em*, «estar comprado» é o estado resultante do evento expresso por *comprar*, etc.

Os predicados *descascar uma laranja*, *comer o bolo*, *almoçar*, *ler o livro*, etc., representam situações que são designadas **eventos prolongados**. Num evento prolongado — expresso, por exemplo, por *almoçar* — podemos distinguir três fases: o início do evento, que corresponde a uma transição (ou passagem de fronteira) e que pode ser expresso pela forma perifrástica *começar a almoçar*; o decurso do evento, que, em português, é geralmente expresso pela forma progressiva — *estar a almoçar*; e o final do evento, que corresponde a uma segunda passagem de fronteira, e que pode ser expresso pela forma perifrástica *acabar de almoçar*. A forma *estar almoçado* é corrente em português e representa o estado resultante da realização do evento: se o enunciado *o Gil almoçou* é verdadeiro, então o enunciado *o Gil está almoçado* também é verdadeiro.

Vemos, assim, que da realização de qualquer evento prolongado faz parte a realização de dois eventos instantâneos, constituindo, respectivamente, a passagem de uma fronteira de abertura para o evento e a passagem de uma fronteira de fechamento. E constatamos que, na expressão linguística da passagem dessas fronteiras, recorre-se, geralmente, às formas perifrásticas com os verbos ditos aspectuais *começar* e *acabar*.

Entre as duas fronteiras situa-se o decurso do evento (ou evento em curso), que, como acima dissemos, é expresso, em português, pela combinação do predicado verbal com a forma progressiva. Diz-se, como vimos atrás, que um evento está em curso em relação a um localizador T quando T é um dos instantes da sequência de instantes T_2 associada ao evento. Por outras palavras, T é simultâneo de T_2 , ainda que parcialmente:

- (35) a. o Gil está a comer/comendo o bolo
 b. a Ana estava a comer/comendo o bolo quando eu entrei

O evento é, em (35a), simultâneo de T_0 e, em (35b), simultâneo de T_3 (*quando eu entrei*). Podemos concluir que, para a grande maioria dos eventos prolongados, a simultaneidade em relação a um localizador é expressa pela combinação dos predicados respectivos com a forma progressiva (*estar a* INFINITIVO ou *estar* GERÚNDIO)¹.

¹ Em 11.1.1., com o enunciado (13a) — que é semelhante a (35a) — exemplificámos, para a relação predicativa <falar (com), a Ana, o pintor>, o valor temporal de anterioridade de T_2 em relação a T_0 e o valor aspectual de imperfectividade em relação a T_3 (*quando eu cheguei*). Não referimos aí, por não ser pertinente, o valor temporal de simultaneidade entre T_2 e T_3 .

Do que observámos atrás podemos concluir também que a cada evento corresponde um estado resultante, quer se trate de um evento instantâneo, quer se trate de um evento prolongado. Em português, a forma composta pela combinação do verbo *estar* com o participio passado de um verbo que exprime um evento representa o estado resultante desse evento: *estar morto* exprime o estado resultante do evento instantâneo expresso por *morrer*; *o fugitivo foi/está encontrado* exprime o estado resultante do evento instantâneo *encontrar o fugitivo*; *a carta estar escrita* exprime o estado resultante do evento prolongado expresso por *escrever a carta*.

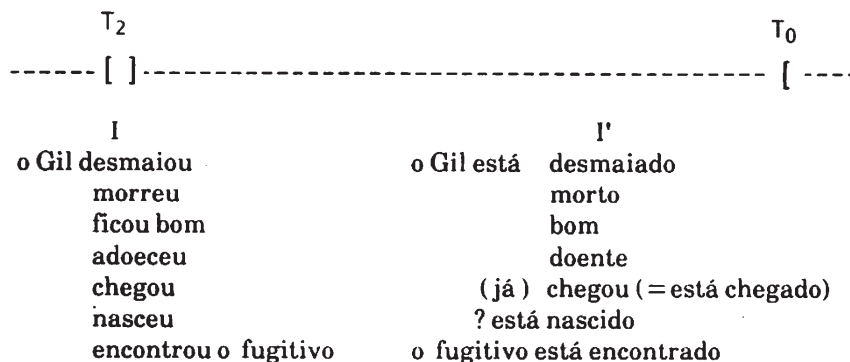
É importante sublinhar o carácter abstracto do que aqui entendemos por 'estado resultante'. Tanto é estado resultante a situação que corresponde a um estado fisicamente constatável — por exemplo, quando de «um bolo» predicamos que «está cozido», ou de «uma laranja» predicamos que «está descascada» —, como as situações representadas pela formas *ele (já) chegou* ou *o fugitivo (já) foi/está encontrado*.

Mas nem sempre o estado resultante tem uma expressão linguística tão directa. Por exemplo, em português contemporâneo, a forma *ser/estar chegado* só subsiste em raras formas fixas: *é/está chegada a hora* e algumas outras. Também não dispomos de formas que constituam a representação linguística unívoca do estado resultante de eventos instantâneos expressos, por exemplo, pelos verbos *nascer*, *entrar*, *sair*: não dizemos *está nascido*, nem *está entrado*, nem *está saído*, mas *nasceu*, *entrou*, e *saiu*. Em determinados contextos, é o

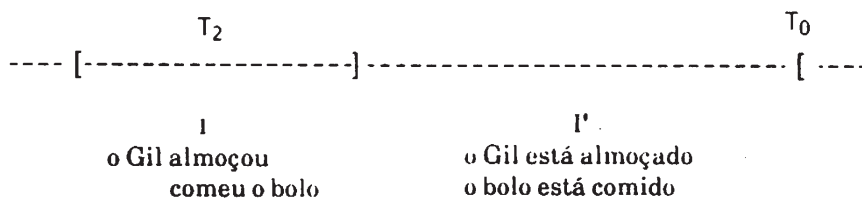
próprio evento que representa a fronteira de abertura da sequência não nula de instantes associada ao estado resultante¹.

Representemos por meio de diagramas os intervalos associados a um evento instantâneo, a um evento prolongado e aos estados resultantes da realização desses eventos:

(36) a.



b.



Associamos ao evento o tempo T_2 , que representamos por meio de um intervalo I fechado (o intervalo pontual associado ao evento instantâneo é um caso particular do intervalo fechado). Ao estado resultante associamos um intervalo I' semi-aberto (isto é, aberto à direita) que é **adjacente** ao intervalo I. Há, portanto, construção de um valor aspectual imperfectivo: o localizador temporal e aspectual T_0 — que corresponde à coordenada temporal da enunciação — é um dos instantes do intervalo I'.

11.1.3.2 Estados e actividades

Vejam agora quais são as possibilidades de coocorrência dos predicados em análise com advérbios durativos, isto é, com advérbios da forma 'durante Q N de T'²:

(37) a. *o Gil desmaiou durante uma hora

b. *a Ana almoçou durante uma hora

¹ Esta discussão será retomada adiante na caracterização aspectual do pretérito perfeito simples.

² Ver 11.1.2.1.

- c. a Clara esteve doente durante quatro dias
- d. o Gil nadou durante duas horas

Constatamos em (37a) e (37b) que os predicados que exprimem eventos não coocorrem com adverbiais durativos. O que seria de esperar, já que o adverbial durativo especifica a duração de uma situação construída como homogénea¹, não sendo, portanto, compatível com a expressão de situações que, por definição, incluem uma mudança semântica².

¹ Ver 11.1.2.2.

² Veremos adiante que, em determinados contextos, esta incompatibilidade pode desaparecer.

Em contrapartida, ao observarmos os enunciados (37c) e (37d), verificamos que não há incompatibilidade entre os adverbiais durativos e os predicados *estar doente* e *nadar*. Isto é, as situações representadas por aqueles predicados são construídas como homogéneas no decurso do tempo T_2 que lhes é associado.

Representemos o tempo T_2 — cuja duração é especificada em (35c) pelo adverbial *durante quatro dias* — como um intervalo I. Se podemos dizer que «a Clara esteve doente durante o intervalo I», então também podemos dizer que «a Clara esteve doente durante qualquer subintervalo de I», isto é, «no primeiro dia», «nos dois primeiros dias», «nos dois últimos dias», etc.

Podemos argumentar do mesmo modo para o enunciado (35d): se é verdade que «o Gil nadou durante o intervalo I», então também é verdade que «o Gil nadou durante qualquer subintervalo de I». Por outras palavras, a verdade de «o Gil nadou das duas às quatro» implica a verdade de «o Gil nadou das duas às três», de «o Gil nadou das duas e meia às três», etc.

Em síntese, podemos dizer que predicados como (*estar*) *doente* e *nadar* gozam da **propriedade de subintervalo** (Bennett e Partee 1978: 14): se esses predicados integram uma relação predicativa que é validada para um intervalo I, então essa relação predicativa é validada para qualquer subintervalo de I. Outros predicados que gozam da propriedade de subintervalo (isto é, que representam situações homogéneas no intervalo de tempo ao qual são associados): *viver*, *gostar*, *saber*, *ter*, (*ser*) *alto*, *passear*, *respirar*, *guiar automóvel*, *tocar piano*, *escrever*, etc.

Vamos tentar caracterizar mais em pormenor os predicados que gozam da propriedade de subintervalo. Para isso, observemos novos exemplos:

- (38) a. o Gil está a nadar/tocar piano/escrever
- b. o carro está a deslizar/arder
- c. *a Clara está a estar doente/ter uma casa/ser alta
- (39) a. Gil, toca piano!/nada!/come caramelos!/escreve!
- b. *Clara, está doente!/tem uma casa!/gosta de caramelos!/sê alta!

(40) a. o Gil toca piano/nada/come caramelos/escreve
deliberadamente/cuidadosamente

b. *a Ana está doente/tem uma casa/gosta de caramelos/
/é alta deliberadamente/cuidadosamente

Da observação de (38), (39) e (40) podemos concluir que, no grupo dos predicados que gozam da propriedade de subintervalo, nem todos têm o mesmo comportamento. As sequências acima exemplificam um conjunto de critérios que permite organizar subgrupos no interior daquele grupo. Assim, constatamos que alguns dos predicados se combinam sem restrições com a forma progressiva. São os que exprimem situações geralmente designadas **actividades**. Os que não se combinam com a forma progressiva exprimem situações designadas **estados**.

Tal como vimos para os eventos prolongados, também para as actividades o valor temporal de simultaneidade é expresso pela combinação do predicado verbal com a forma progressiva. Os enunciados (38a) e (38b) são disso exemplo: há simultaneidade entre T_2 e T_0 . E no enunciado (41) há simultaneidade entre T_2 e T_3 (*ao chegarmos a casa*):

(41) ao chegarmos a casa, o Gil estava a cantar/cantando

Caracterizam-se por vezes as actividades pelo traço [+Dinâmico], distinguindo-as dos estados, que seriam caracterizados pelo traço [-Dinâmico]. Este traço permite agrupar as actividades e os eventos — que também são [+Dinâmico] —, como situações não estativas, opondo-se às situações estativas, isto é, aos estados¹.

¹ Ver Mateus 1989: 38.

Para opor a natureza dinâmica dos eventos prolongados e das actividades à natureza não dinâmica dos estados propõe-se um teste empírico pelo qual se verifica que, geralmente, os predicados que exprimem eventos prolongados e actividades podem integrar a resposta a uma pergunta como *o que está ele a fazer?: está a nadar/a comer o bolo*, por exemplo (desde que o argumento que tem a função sintáctica de sujeito possa ser interpretado como Agente, isto é, caracterizado pelos traços [+Animado] e [+Vontade]). Mas os predicados que exprimem estados dificilmente poderão integrar tais respostas: **está a saber a lição/a gostar do festival*, etc.

Dos predicados que exprimem actividades, combinam-se com o modo imperativo e coocorrem com advérbios como *deliberadamente* ou *cuidadosamente* aqueles cujo argumento externo é interpretado como Agente: é o caso de *nadar*, *escrever*, *guiar automóvel*, etc. Outros predicados que exprimem actividades — por exemplo, *deslizar*, *rolar*, *arder* — não seleccionam um argumento externo Agente. Mas, nos casos em que o argumento seleccionado é caracterizado pelo traço [+Animado], é por vezes possível a combinação com o imperativo e a coocorrência com aqueles advérbios e, portanto, uma interpretação agentiva desse argumento: *Gil, desliza!*, *o Gil deslizou deliberadamente*.

O sujeito sintáctico de um predicado estativo (isto é, que exprime um estado) não é interpretado como Agente ([+Animado], [+Vontade]). Não se combina, portanto, com o modo imperativo, nem coocorre com os advérbios acima referidos. No entanto, predicados estativos como *(ser) cuidadoso*, *(ser) barulhento*, *(ser) delicado* e muitos outros parecem não obedecer a tais restrições:

- (42) a. o Gil está a ser cuidadoso/barulhento/delicado
b. Gil, sê cuidadoso!/barulhento!/delicado!
c. o Gil é cuidadoso/barulhento/delicado deliberadamente

Podemos dizer, nestes casos, que, na construção linguística, houve **recategorização** do estado em actividade.

11.1.3.3 Tipologia de Vendler

Definimos, assim, quatro tipos distintos de situações, a que correspondem predicados integrando quatro classes aspectuais¹.

¹ Nos estudos sobre a categoria gramatical 'aspecto', utiliza-se frequentemente o termo alemão 'Aktionsart' para designar classe ou natureza aspectual do predicado.

Para esta tipologia, baseámo-nos na classificação proposta por Vendler (1967): «achievements» (eventos instantâneos), «accomplishments» (eventos prolongados), «activities» (actividades) e «states» (estados). Estes quatro tipos podem, como vimos atrás, reduzir-se a dois, se, abstraindo das diferenças entre eles, considerarmos que o único traço pertinente que os opõe é a existência, nos eventos, de um limiar semântico ou **transição**. Para Vet, por exemplo, as situações distinguem-se, fundamentalmente, pelo traço **transicional**: haverá, portanto, situações transicionais, que correspondem ao que aqui designamos por eventos, e situações não transicionais, que correspondem ao que aqui designamos por estados e actividades (Vet 1980 e 1981).

Vendler propõe a classificação acima para os verbos do inglês, mas, na exemplificação apresentada (por exemplo, *run* e *run a mile*), alarga-a a sintagmas verbais. É, efectivamente, a totalidade do sintagma verbal (e não só o verbo) que define a natureza ou classe aspectual da relação predicativa. Por exemplo, o verbo *escrever* exprime uma actividade, mas o sintagma verbal *escrever uma carta* exprime um evento prolongado: se é verdade que «o Gil escreveu das duas às quatro» então também é verdade que «o Gil escreveu das duas à três», que «o Gil escreveu das três às quatro», etc.; mas o facto de ser verdade que «o Gil escreveu uma carta das duas às quatro» não implica que seja verdade que «o Gil escreveu uma carta das duas às três», ou que «o Gil escreveu uma carta das três às quatro», etc. Com efeito, uma relação predicativa que é validada para um intervalo I só é validada para qualquer subintervalo de I quando a situação representada é homogénea. É o que se passa com *o Gil escreveu* mas não com *o Gil escreveu uma carta*.

Vimos, portanto, que, se o SV for constituído por V e por um complemento — que é seu argumento interno —, esse argumento pode condicionar a natureza ou classe aspectual do SV (*escrever* e *escrever uma carta*, *correr* e *correr os 100 metros*, *beber* e *beber um copo de água*, por exemplo).

Vamos ver agora que é a quantificação do argumento que determina a classe aspectual do SV: *escrever uma carta* representa um evento prolongado, como acabámos de ver, mas *escrever cartas*, tal como *escrever*, representa uma actividade; *beber um copo de água* representa um evento prolongado, mas *beber água*, tal como *beber*, representa uma actividade. Se a relação predicativa <escrever, o Gil, cartas> é validada para o intervalo I, é também validada para qualquer subintervalo de I, etc.

Como dissemos atrás, a classificação de Vendler, inicialmente proposta para verbos, é alargada a sintagmas verbais, em virtude da pertinência da quantificação do argumento interno de V — que desempenha a função de objecto directo — para a classificação aspectual dos predicados. Também a quantificação do argumento de V que desempenha a função de sujeito sintáctico pode ser pertinente para a determinação da classe aspectual. Observemos o seguinte grupo de seqüências:

- (43) a. o soldado chegou às duas horas
- b. os soldados chegaram às duas horas
- c. chegaram soldados às duas horas
- d. *o soldado chegou durante duas horas
- e. *os soldados chegaram durante duas horas
- f. chegaram soldados durante duas horas

Os exemplos (43d) e (43e) confirmam a incompatibilidade, já atrás referida, entre adverbiais durativos e predicados que exprimem eventos. Mas no exemplo (43f) essa incompatibilidade desaparece, apesar de o predicado ser o mesmo. Como explicar este facto? A manipulação do sintagma nominal sujeito (*o soldado/os soldados/soldados*) mostra que é a quantificação do sujeito sintáctico do V *chegar* que, naquele exemplo, determina o desaparecimento da incompatibilidade. A interpretação distributiva do plural indefinido *soldados* permite a construção de um número indefinido de eventos instantâneos que se vão sucedendo, homogeneamente, ao longo de «duas horas». É a totalidade da relação predicativa, na qual os argumentos têm já um valor de quantificação determinado, que pode representar a natureza aspectual de uma sucessão homogénea de eventos. Pode aqui falar-se em recategorização do evento prolongado em actividade. E podemos também concluir que é pertinente falar em classe aspectual da relação predicativa e não só de verbos ou de sintagmas verbais.

11.1.3.4 Relações predicativas e adverbiais de realização

Veamos agora quais são as possibilidades de coocorrência dos diferentes tipos de relação predicativa com adverbiais de realização (ou adverbiais da forma 'em Q N de T'):

- (44) a. *o Gil desmaiou em hora e meia
- b. a Ana almoçou em hora e meia
- c. *a Clara esteve doente em hora e meia
- d. *o Gil nadou em hora e meia

Um evento instantâneo — por exemplo, o que é representado pelo verbo *desmaiar* — não pode, por definição, coocorrer com adverbiais de realização. Estes exprimem um período de tempo, não nulo, associado à realização integral de uma situação. Ora o evento instantâneo representa apenas a passagem de uma situação a outra situação. O adverbial de realização é representável por um intervalo não nulo, fechado, ao passo que o evento instantâneo é representado pela passagem de uma fronteira sem dimensão, isto é, por um intervalo pontual. Há, portanto, incompatibilidade entre os dois tipos de intervalos.

Uma formulação sinónima confirma as possibilidades de coocorrência assinaladas em (44):

- (45) a. *o Gil levou hora e meia a desmaiar
- b. a Ana levou hora e meia a almoçar
- c. *a Clara levou hora e meia a estar doente
- d. *o Gil levou hora e meia a nadar

É verdade que a existência de enunciados como (46) parece contradizer o que acima foi dito:

- (46) a. o Gil chegou a casa em duas horas
- b. o Gil levou duas horas a chegar a casa

Neste caso, porém, o acontecimento linguístico construído inclui implicitamente uma sucessão de outros acontecimentos — «partida», «caminho» que se lhe segue, sendo o acontecimento «chegada» o último da sucessão. É à totalidade dos acontecimentos que se sucedem, e não apenas ao último, que se associa geralmente — nos enunciados do tipo de (46) — a sequência de instantes que corresponde ao adverbial *em duas horas*. Nos enunciados (47) encontramos a construção do mesmo tipo de acontecimentos, que, como vemos, está associado a determinado tipo de predicados verbais que exprimem eventos instantâneos:

- (47) a. o atleta cortou a meta em quinze minutos
b. o montanhista atingiu o pico do Himalaia numa semana

A possibilidade de coocorrência com adverbiais de realização parece aproximar alguns predicados que exprimem eventos instantâneos e predicados que exprimem eventos prolongados. No entanto, além das considerações semânticas que atrás fizemos, apresentaremos ainda um teste empírico: se podemos dizer que «a Ana almoçou em hora e meia», podemos também dizer que «em qualquer dos instantes que integram aquele intervalo de hora e meia a Ana estava a almoçar». Porém, ainda que possamos dizer que «o Gil chegou em hora e meia», não podemos dizer que «em qualquer dos instantes daquele intervalo de hora e meia o Gil estava a chegar».

Voltando aos exemplos (44), verificamos que o adverbial de realização é compatível com predicados que exprimem eventos prolongados, mas não com predicados que exprimem situações homogêneas, isto é, estados ou actividades. Com efeito, o adverbial de realização especifica a dimensão da sequência de instantes que decorre desde o início do evento até à sua realização, isto é, até à passagem do limiar semântico que faz parte da definição do predicado, e a partir do qual se entra no estado resultante correspondente: por exemplo, *o bolo está comido, a Ana está almoçada, etc.*

O adverbial de realização só coocorre com predicados que exprimem situações não homogêneas, isto é, situações em que, aos instantes que se sucedem e que constituem o tempo T_2 , correspondem pontos que são qualitativamente diferentes uns dos outros: o primeiro ponto é diferente do segundo, que por sua vez é diferente do terceiro, e assim sucessivamente. O último ponto identifica-se com o limiar semântico a partir do qual se sai da situação. Ora, das definições de estado e de actividade não faz parte qualquer limiar semântico, isto é, nas situações homogêneas, todos os pontos são qualitativamente iguais. Há, portanto, incompatibilidade entre os predicados que exprimem situações homogêneas e os adverbiais de realização.

Há enunciados que parecem funcionar como contra-exemplos ao que acabámos de expor. Nesses enunciados, os predicados exprimem actividades mas, no entanto, coocorrem com adverbiais de realização:

- (48) o Gil nadou/falou/escreveu em quinze dias

É evidente, porém, que qualquer falante do português entenderá que, no contexto de um adverbial de realização, *nadou* significa «aprendeu a nadar», *falou* significa «aprendeu a falar», etc.

Não podemos deixar de aproximar os enunciados do tipo de (48) dos enunciados (46) e (47). Há, num caso e noutro, um «caminho» — que nos exemplos (48) corresponde a uma «aprendizagem» — que, na construção linguística, é integrado na situação a atingir: «chegar», «(saber) nadar». Essa situação é, em

qualquer dos casos, a mudança para uma nova situação de natureza estativa: *nadou em dois dias* significa «aprendeu a nadar em dois dias», ou, por outras palavras, «ao fim de dois dias atingiu o estado de saber nadar». E «saber nadar» corresponde a uma situação de natureza estativa. Da mesma maneira, *atingiu o cimo do Himalaia numa semana* significa «ao fim de uma semana o cimo do Himalaia foi (está) atingido». E «está atingido» é também uma situação de natureza estativa.

11.1.4 *Interdependência na construção do valor aspectual*

As diversas considerações que temos vindo a fazer têm como objectivo mostrar que, na construção do valor aspectual de um enunciado, interagem a natureza aspectual da relação predicativa, o tempo gramatical e o adverbial aspectual que especifica a localização temporal e/ou a duração de T_2 .

Vejamus um novo exemplo:

- (49) a. o Gil pintou a parede numa hora
- b. o Gil pintou a parede durante uma hora

O predicado *pintar a parede* exprime um evento prolongado. Da combinação com o pretérito perfeito simples e da coocorrência com o adverbial de realização *numa hora* resulta um enunciado com valor aspectual perfectivo (ex. (49a)). Isto é, o evento realiza-se completamente — começa, desenrola-se e termina — no tempo T_2 (especificado, neste caso, pela sua duração — «uma hora») que lhe é associado. Pode dizer-se que «ao fim de uma hora, a parede está pintada».

Que se passa quando tem valor durativo o adverbial com o qual coocorre a relação predicativa (ex. (49b))? Poderá também dizer-se que «ao fim de uma hora a parede está pintada»? Vamos ver que não. A única significação que pode ser reconstruída é a seguinte: «durante uma hora, o Gil esteve ocupado a pintar a parede». A pintura da parede pôde ter começado num tempo anterior, a pintura pode não estar terminada, não há construção de qualquer limiar semântico, a situação é representada como homogénea. Podemos então dizer que o evento foi recategorizado em actividade.

Por vezes, diferentes contextos linguísticos podem determinar a integração de um mesmo predicado verbal em diferentes classes aspectuais. Vamos exemplificar com o verbo *saber*, escolhendo uma, de entre as numerosas construções em que este verbo pode ocorrer:

- (50) a. o Gil sabe que vai para Londres
- b. o Gil soube (ontem) que vai para Londres
- c. ele sempre soube que ia para Londres

- d. ele já sabia que ia para Londres
- e. em dois minutos ele soube o que tinha de fazer
- f. quando cá chegou, o Gil sabia muito bem o que tinha de fazer
- g. quando era pequeno, em dois minutos o Gil sabia o que tinha de fazer

Em (50a), (50c) e (50d), *saber* significa «ter conhecimento» e é, portanto, um predicado estativo. Em (50b), *saber* significa «tomar conhecimento» ou «passar a saber», e corresponde a um evento, visto incluir, na sua definição, a passagem de um limiar semântico. Entre (50a) e (50b), a diferença pertinente reside no tempo gramatical com o qual o predicado se combina. Isto é, em (50a), o presente linguístico mantém a natureza homogênea do predicado, ao passo que, em (50b), o pretérito perfeito simples atribui ao predicado as características de um marcador de passagem de um limiar semântico, que é a fronteira entre o «ainda não-saber» e o «já saber». Em T_2 , há, portanto, uma heterogeneidade qualitativa, que caracteriza os eventos.

Em (50c), apesar da ocorrência do pretérito perfeito simples, a situação construída volta a ser de natureza estativa. Como explicar? É a construção do valor aspectual marcado pelo advérbio *sempre* que mantém o valor de continuidade de *saber*.

Em (50d), a combinação com o imperfeito, que exprime geralmente a continuidade (ou a iteratividade), mantém a continuidade e, portanto, o carácter homogêneo da situação expressa por *saber*.

Em (50e), a coocorrência com o adverbial *em dois minutos* confirma a natureza aspectual do predicado, que, pela sua combinação com o pretérito perfeito simples, é um predicado de evento.

Em (50f), como em (50d), o predicado *saber* combina-se com o imperfeito, mantendo a sua natureza homogênea: é construído aqui um valor de continuidade — uma mesma situação prolonga-se ao longo da sequência de instantes T_2 .

Em (50g), porém, como em (50e), ocorre um adverbial de realização — *em dois minutos* —, só compatível com a construção da passagem de um limiar semântico. Vai haver, portanto, alteração da natureza aspectual de *saber*, que passa a evento, significando «tomar conhecimento». Da combinação com o imperfeito resulta, não um valor de continuidade, mas um valor de iteratividade — ao longo de T_2 , a mesma situação repete-se um número não determinado de vezes.

Procuremos sistematizar no seguinte quadro uma visão de conjunto das relações entre relações predicativas e adverbiais aspectuais:

(51)

Situações \ Adverbiais	pontuais	durativos	de realização
eventos instantâneos	+	+ (→ actividade)	+ (percurso até e incl. evento)
eventos prolongados	+ (início do evento)	+ (→ actividade)	+
estados	+	+	+ (→ evento)
actividades	+ (início da actividade)	+	+ (aprendizagem da actividade) (→ evento)

O quadro (51) tem duas entradas, uma para os diferentes tipos de situações e outra para diferentes tipos de adverbiais aspectuais (não incluímos os frequenciais).

São assinaladas apenas com '+' as coocorrências que não põem problemas: eventos instantâneos e adverbiais pontuais (*o comboio chega às duas horas*), eventos prolongados e adverbiais de realização (*o Gil fez o relatório em meia hora*), estados e adverbiais pontuais (*estás em casa às duas horas?*), estados e adverbiais durativos (*a Ana teve casa na praia durante dez anos*), actividades e adverbiais durativos (*a Clara tocou piano toda a manhã*).

São assinaladas com '+' e um pequeno comentário:

- (i) as coocorrências que determinam alteração da natureza aspectual da situação representada: eventos instantâneos e adverbiais durativos (*vão chegar turistas durante toda a semana*), eventos prolongados e adverbiais durativos (*ele escreveu a comunicação durante meia hora*), estados e adverbiais de realização (*a Ana teve a casa em dois meses*), actividades e adverbiais de realização (*ele tocou piano em seis meses*).
- (ii) as coocorrências que, não determinando alteração da natureza aspectual da situação representada, incluem nela, implicitamente, as situações que a antecedem e que a determinam: eventos instantâneos e adverbiais de realização (*a Ana chegou em dez minutos*);

- (iii) as coocorrências que localizam temporalmente o início da situação representada, sem alterar, geralmente, a sua natureza aspectual: eventos prolongados e adverbiais pontuais (*o Gil almoça às duas horas*), actividades e adverbiais pontuais (*a Ana corre dentro de uma hora*).

Observando o quadro (51), verificamos ainda que, de uma forma geral, a despeito de incompatibilidades aspectuais, é possível a coocorrência dos diversos tipos de situações com os diversos tipos de adverbiais aspectuais (à excepção dos adverbiais frequenciais, que não figuram no quadro). Esta constatação permite-nos sublinhar o que a observação de muitos outros fenómenos linguísticos poderia confirmar: o carácter simultaneamente estável e deformável dos objectos linguísticos construídos nas relações dinâmicas que constituem a actividade da linguagem¹.

¹ Ver Culioli 1986.

11.1.5 Particularidades aspectuais de alguns tempos gramaticais do português

A caracterização aspectual de todos os tempos gramaticais do português teria lugar adequado numa cadeira de sintaxe e semântica. Na impossibilidade de fazer um estudo exaustivo, analisaremos apenas as particularidades aspectuais de dois tempos — o pretérito perfeito simples e o pretérito perfeito composto — que constituem um subsistema cujo funcionamento é único no conjunto das línguas românicas.

11.1.5.1 Pretérito perfeito simples

Constatámos em pontos anteriores² que o pretérito perfeito simples marca a construção de um acontecimento perspectivado como uma totalidade, a partir de um ponto localizador que lhe é exterior. Essa perspetivação corresponde a um valor aspectual perfectivo. Através da comparação de alguns enunciados, vamos ver que este valor do pretérito perfeito simples pode, por vezes, ter uma interpretação complexa:

² Ver 11.1.1 e 11.1.4.

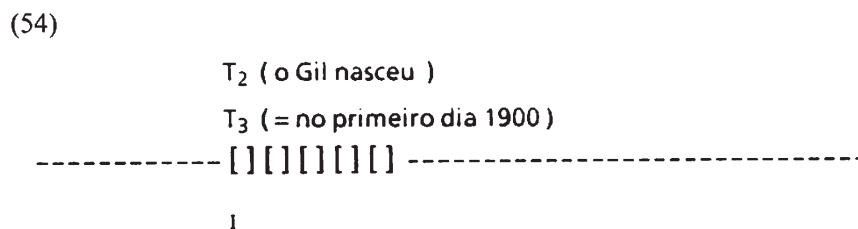
- (52) a. o Gil nasceu no primeiro dia de 1900
b. o Gil nasceu há setenta anos
c. o Gil já nasceu

Em (52a), o pretérito perfeito simples *nasceu* exprime um evento instantâneo, e o tempo T₂ que lhe é associado é especificado por um adverbial pontual. Não é construída, neste caso, qualquer situação que constitua o estado resultante da realização do evento. Estamos perante um valor aspectual perfectivo, que pode ser representado diagramaticamente por um intervalo fechado pontual I.

É este valor aspectual que ocorre geralmente em sucessões de eventos — na narrativa, por exemplo — sendo a ordem cronológica marcada pela ordem linear, a partir de uma primeira referência temporal — especificada em (52a) pelo adverbial *no primeiro dia de 1900*. A sequência (53) exemplifica a ocorrência deste valor do pretérito perfeito simples do português, numa sequência de acontecimentos construídos como pontuais:

- (53) o Gil nasceu no primeiro dia de 1900. Quando saiu da maternidade, os pais levaram-no para o Canadá, onde estudou, trabalhou e morreu

Esta sucessão, em que cada um dos eventos é construído como uma totalidade, isto é, tem valor perfectivo, é representada por uma sucessão de intervalos fechados que se seguem, colados uns aos outros:



A sucessão de intervalos, que corresponde à sucessão dos eventos expressos, respectivamente, por *nasceu* (explicitado em (54)), *saiu da maternidade*, *levaram-no para o Canadá*, *trabalhou*, etc., mostra que não é construída linguisticamente qualquer sobreposição entre as sequências de instantes T₂ associadas a cada um dos diferentes eventos.

Encontramos na narrativa tradicional numerosos exemplos de ocorrência deste valor do pretérito perfeito simples. Há, geralmente, construção de um novo sistema de coordenadas temporais, que não é localizado em relação à situação de enunciação Sit₀, e em que o localizador origem é especificado por adverbiais como *naquele tempo*, *era uma vez*, *no tempo em que os animais falavam*, *houve tempo em que*, etc. É o que se passa em (52a): a coordenada temporal abstracta T₂ do primeiro evento construído é localizada, com valor de identificação, em relação ao localizador T₃ (*no primeiro dia de 1900*). Este localizador autónomo constitui a origem de um novo sistema de coordenadas temporais, distinto do sistema que tem origem na situação de enunciação Sit₀.¹

Em (52b), a localização temporal, de natureza deíctica, é especificada no adverbial localizador *há setenta anos*, que corresponde a T₃. No entanto, mesmo em coocorrência com este tipo de adverbial, que marca necessariamente a localização temporal de T₃ em relação a Sit₀, o pretérito perfeito simples pode ter valor não perfeito. Imaginemos o enunciado seguinte, em que diferentes eventos se sucedem:

- (55) o Gil nasceu há setenta anos, viveu o melhor que pôde e morreu feliz há dez anos

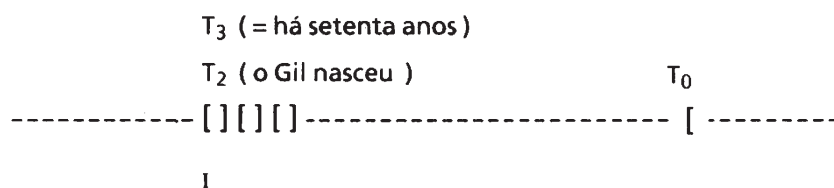
¹ Lembramos que o adverbial autónomo não recebe determinação de qualquer contexto, linguístico ou situacional (ver 11.1.2.1.).

Em (52c), pelo contrário, a realização do evento instantâneo marcado pela forma verbal *nasceu* é construída como prolongando-se, nos seus efeitos, até ao ponto localizador T_0 . Por outras palavras, é construído, não só um evento instantâneo, mas também uma situação que corresponde ao estado resultante desse evento, e que está em curso em T_0 . Podemos então dizer que, neste enunciado, o pretérito perfeito simples é marcador de dois valores que se combinam: o valor perfectivo do evento e o valor imperfectivo do estado resultante. E, portanto, sendo T_0 o localizador, o valor aspectual construído é imperfectivo.

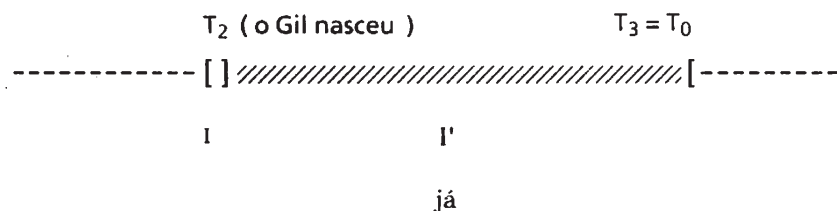
O evento instantâneo — que representamos por um intervalo pontual I — constitui a passagem da fronteira de entrada numa situação estativa — que representamos por um intervalo não nulo I' , adjacente a I , e contendo o localizador T_0 . O intervalo I' é, portanto, delimitado à esquerda pela fronteira constituída pelo evento, e aberto à direita. A distância temporal entre a fronteira e o localizador T_0 é marcada, abstractamente, pela partícula aspectual *já*¹.

Representemos os valores de (52b) e (55) pelo diagrama (56a) e o valor de (52c) pelo diagrama (56b):

(56) a.



b.



Comparando os diagramas acima, vemos que, tal como em (54), os intervalos sucedem-se em (56a), sem se intersectarem. Em (56b), pelo contrário, I' é adjacente a I , isto é, a fronteira direita (ou de fechamento) do intervalo fechado I ([]) constitui a fronteira esquerda do intervalo aberto I' ([]).

Portanto, em (52c), ao contrário do que se passa em (52a) e em (52b), o pretérito perfeito simples tem valor de perfeito, na acepção clássica deste termo, assim definido por Benveniste: «Chamamos «perfeito» à classe inteira das formas compostas (com *avoir* e *être*), cuja função (...) consiste em apresen-

¹ Para mais informação sobre algumas particularidades da forma *já* em português, ver Campos 1984, 1985a e 1985b.

tar a noção como «realizada» em relação ao momento considerado, e a situação «actual» resultante dessa realização temporalizada.» (Benveniste 1966: 246).

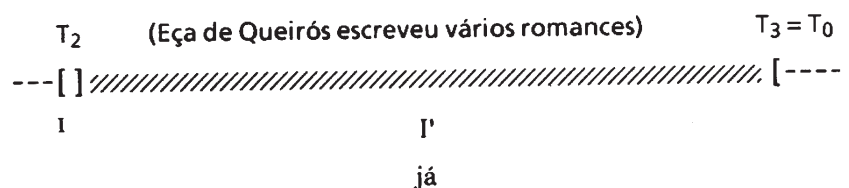
Também Comrie sublinha este valor do perfeito, ao distinguir explicitamente os termos 'perfeito' e 'perfectivo', que são, por vezes, confundidos: «O termo 'perfectivo' contrasta com 'imperfectivo', e denota uma situação vista na sua globalidade, sem que seja referida a sua constituição temporal interna; o termo 'perfeito' refere uma situação passada que tem relevância no presente, por exemplo, o resultado presente de um evento passado (*his arm has been broken*)» (Comrie 1976: 12).

A possibilidade ou impossibilidade de coocorrência com a partícula *já* parece ser um teste válido para sabermos se o pretérito perfeito simples tem valor de não-perfeito (marcando, portanto, um valor aspectual perfectivo) ou se tem valor de perfeito (marcando, portanto, um valor aspectual imperfectivo). Nos exemplos seguintes, *já* coocorre com o pretérito perfeito simples com valor de perfeito (ex. (57a)), mas não coocorre com o pretérito perfeito simples quando este tempo gramatical tem valor de não-perfeito (ex. (57c) e (57d)):

- (57) a. o Gil já entrou
 b. o Gil entrou quando eu saí
 c. *o Gil já entrou quando eu saí
 d. *o Gil entrou quando eu já saí.

A validade do teste de coocorrência do pretérito perfeito simples com a partícula *já* é confirmado pela estranheza que sentimos perante um enunciado como (58a), em que o pretérito perfeito simples tem valor de perfeito:

- (58) a. *Eça de Queiroz já escreveu vários romances



Na representação (58b), a partícula *já* é representada por um intervalo I', cuja fronteira inicial coincide com a fronteira de fechamento do intervalo I associado a T_2 e, portanto, a *Eça de Queiroz escreveu vários romances*. O intervalo I' é aberto à direita e contém o localizador T_0 . A situação associada a este intervalo mantém-se qualitativamente inalterada ao longo de todo o intervalo. Isto é, a situação, em T_0 , tem de ser idêntica ao que era no início de I'. O nosso sentimento de estranheza perante (58a) resulta, precisamente, de sabermos que a situação em T_0 é qualitativamente diferente da situação no início de I': não podemos, validar, em T_0 , a «escrita de vários romances por Eça de

Queiroz». Vemos, assim, que a má-formação de (58a) resulta da coocorrência da partícula *já* com uma forma de não-perfeito do pretérito perfeito simples.

Comparando os sistemas de tempos gramaticais respectivamente do português e de francês, vemos que o valor de não-perfeito do pretérito perfeito simples corresponde ao 'passé simple' francês, cuja coocorrência com a partícula aspectual *déjà* é igualmente impossível.

Ao observarmos a expressão linguística do estado resultante em francês, constatamos que a formação dos pretéritos compostos com o verbo *être* torna visível numa mesma forma, de acordo com o contexto, a representação ora de um evento instantâneo, ora do estado resultante da realização desse evento: *être arrivé/né/mort/tombé malade*, etc. O contexto irá determinar a selecção preferencial de uma interpretação aspectual. No exemplo que se segue, *il est arrivé* representa em (59a) um evento e em (59b) um evento e/ou um estado resultante:

- (59) a. il est arrivé à 5 heures et il est reparti à 6 heures
b. il est arrivé depuis deux heures

A existência da oposição aspectual *ser/estar* em português permite que, sem qualquer ambiguidade, o estado resultante em português possa ser expresso pela combinação de *estar* com o particípio passado. É, assim, possível, ao traduzir, desambiguar enunciados do tipo de (59b):

- (60) a. il est mort depuis une heure
b. morreu há uma hora
c. está morto há uma hora

Parece-nos possível concluir que, quer a forma composta que é o 'passé composé' francês, quer a forma simples que lhe corresponde em português — o pretérito perfeito simples — podem ter duas interpretações aspectuais: ou valor de perfeito ou valor de não-perfeito. E é o contexto que condiciona uma ou outra dessas interpretações.

11.1.4.2 Pretérito perfeito composto

Comparando o português e o francês, verificamos, como acabámos de ver, que os valores do pretérito perfeito simples são equivalentes aos valores do 'passé composé'. Por outro lado, também pode haver equivalência entre o valor não-perfeito do pretérito perfeito simples e o valor do 'passé simple' francês.

Com o pretérito perfeito composto português a situação é completamente diferente. Os seus valores não encontram equivalência directa aos tempos

gramaticais simples ou compostos do francês, nem da maior parte das outras línguas. Por esta razão, e, sem dúvida, por influência das outras línguas românicas, muitos falantes não nativos, embora disponham de uma boa competência linguística do português, encontram dificuldades no uso adequado do pretérito perfeito composto¹.

¹ Ver Campos 1984a.

Para uma caracterização rigorosa e que vise a exaustividade, vamos tentar definir formalmente e de forma sistemática as restrições sobre a ocorrência deste tempo gramatical. Começamos por comparar as formas simples e composta do pretérito perfeito:

- (61) a. o Gil comprou livros/um livro
b. a Ana comeu arroz/um prato de arroz
c. a Clara esteve doente
d. a Ana gostou do festival
e. o Gil nadou
- (62) a. o Gil tem comprado livros/?um livro
b. a Ana tem comido bolos/?um bolo
c. a Clara tem estado doente
d. a Ana tem gostado do festival
e. o Gil tem nadado

Cada um dos enunciados (61) marca a construção de um acontecimento linguístico singular, com valor aspectual perfectivo. Em (61a) e (61b), a quantificação do objecto directo — *livros/um livro, arroz/um prato de arroz* — não tem qualquer interferência no valor aspectual.

A observação das sequências (62) mostra-nos, pelo contrário, que a quantificação do objecto directo pode determinar a boa ou má-formação da sequência. Este facto resulta do valor de iteratividade do pretérito perfeito composto. Este tempo gramatical do português marca a construção, não de um acontecimento único, mas de uma classe de ocorrências de um mesmo acontecimento que se repete um número indefinido de vezes. Ora, uma classe não finita de eventos — instantâneos em (62a) e prolongados em (62b) — não é compatível com um objecto singular (*um livro, um prato de arroz*), mas com uma classe não finita de objectos (*livros*) ou com um objecto não contável (*arroz*).

É importante sublinhar desde já que as sequências que acima se apresentam mal formadas podem fazer parte de sequências bem formadas, isto é, de enunciados (por esta razão assinalamos a má-formação por um ponto de interrogação e não por um asterisco). Para isso, um valor de iteratividade compatível com o do pretérito perfeito composto terá de ser restabelecido

através de uma localização aspectual adequada. Essa localização aspectual, que especifica a frequência da repetição, é expressa através de adverbiais frequenciais de tipo iterativo:

- (63) a. o Gil tem comprado um livro todos os meses
b. a Ana tem comido um prato de arroz por dia

Nos contextos de (63a) e (63b), respectivamente, os SN *um livro* e *um prato de arroz* não representam um objecto singular mas uma classe não finita de objectos, tornando-se, portanto, compatíveis com o pretérito perfeito composto.

Voltemos aos exemplos (62). As sequências (62d) e (62e) também têm valor de iteratividade. Quanto à sequência (62c), tem valor de continuidade, isto é, o acontecimento construído prolonga-se, sem interrupção, até a um ponto localizador (que, neste exemplo, é o tempo T_0 da enunciação).

Relacionando o que acabámos de ver com a tipologia apresentada em 11.1.3.3, vemos que, na combinação com o pretérito perfeito composto, os predicados que exprimem situações não estativas, isto é, os eventos e as actividades, dão sempre origem a valores de iteratividade. Os predicados que exprimem situações estativas, isto é, os estados, dão origem a valores de continuidade/iteratividade, como em (62c), mas podem dar origem a valores de iteratividade, como em (62d).

Em coocorrência com um adverbial frequencial, o enunciado (62c) adquire exclusivamente valor de iteratividade:

- (64) a Clara tem estado doente algumas vezes

Geralmente, porém, não é necessária a coocorrência de qualquer adverbial frequencial para que o enunciado tenha valor iterativo, uma vez que este valor é inerente ao próprio tempo gramatical. Esta é uma das características em que o pretérito perfeito composto se distingue das outras formas de pretérito ou de perfeito em francês, inglês, castelhano, italiano, etc.¹

Continuemos a análise do pretérito perfeito composto a partir da sua comparação com o pretérito perfeito simples.

Poderão o pretérito perfeito simples e o pretérito perfeito composto ser mutuamente substituíveis em contextos que determinem uma interpretação iterativa? Vejamos alguns exemplos:

- (65) a. o Gil esteve doente/desmaiou/tomou o remédio/nadou muitas vezes
b. a Ana tem estado doente/desmaiado/tomado o remédio/nadado muitas vezes

¹ Sobre a forma composta do pretérito perfeito em galego, ver Campos 1987.

Aparentemente, os enunciados (65a) são equivalentes aos enunciados (65b): em ambos os casos há construção de um valor de iteratividade. Serão inter-substituíveis? Imaginemos um texto:

- (66) a. o ano passado, o Gil e a família passaram seis meses em Paris. O inverno foi rigoroso, e o Gil esteve doente muitas vezes
- b. o Gil e a família estão em Paris a passar seis meses. Mas em Paris o inverno é rigoroso e o Gil tem estado doente muitas vezes

Graças à sua intuição linguística, o falante nativo do português sabe que, em (66a), não é possível substituir o pretérito perfeito simples pelo pretérito perfeito composto. Uma das características deste tempo gramatical é ter, como localizador temporal-aspectual, o tempo T_0 da enunciação. Por isso a sua ocorrência é possível em (66b).

Em (67a) há construção de um valor de iteratividade. O localizador intermédio T_3 — *o ano passado* — que é de natureza deíctica, mostra que há localização temporal em relação a T_0 . No entanto, não é possível, naquele contexto, a ocorrência do pretérito perfeito composto:

- (67) a. o Gil esteve doente muitas vezes o ano passado
- b. *a Ana tem estado doente muitas vezes o ano passado

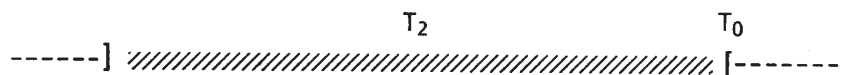
A sequência (67b) resulta de (65b), por adjunção do adverbial temporal inclusivo *o ano passado*. Logo, é este adverbial que está na origem da má-formação de (67b). Da sua substituição pelos adverbiais temporais *este ano* e *nestes últimos anos*, também inclusivos e deícticos, obteríamos sequências bem formadas:

- (68) a Ana tem estado doente/desmaiado/nadado muitas vezes este ano/nestes últimos anos

Podemos portanto concluir que o pretérito perfeito composto não só tem necessariamente como localizador temporal-aspectual o tempo T_0 da enunciação mas, além disso, T_0 tem de ser um dos instantes da sequência de instantes T_2 associada ao acontecimento linguístico construído. E esta é uma terceira característica do valor marcado pelo pretérito perfeito composto.

Vejamos, em diagrama de intervalos, a representação dos valores de continuidade (69a) e de iteratividade (69b) do pretérito perfeito composto:

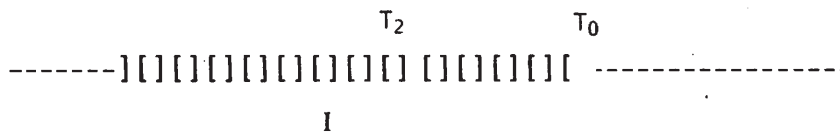
- (69) a.



I

a Ana tem estado doente

b.



a Ana tem nadado / desmaiado / comido o bolo

Observemos (69a) e (69b). O tempo T_2 do acontecimento linguístico é representado, em ambos os casos, por um intervalo aberto I, que contém T_0 como um dos seus pontos, sendo T_0 o localizador temporal e aspectual.

Em (69a), o acontecimento linguístico, com valor de continuidade, desenrola-se homogeneamente a partir de um ponto inicial — anterior a T_0 — não construído linguisticamente, e está em curso em T_0 . Em relação a este localizador, tem, portanto, valor temporal de simultaneidade e valor aspectual imperfeito.

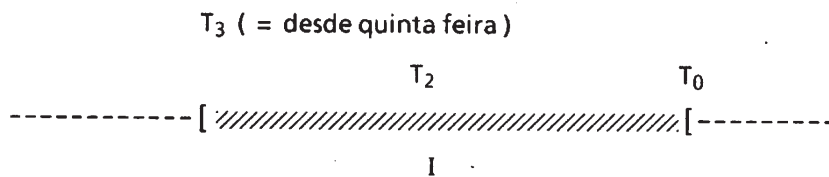
Em (69b), o tempo T_2 corresponde, não a um acontecimento linguístico único, mas a uma classe de ocorrências de um mesmo acontecimento linguístico que se sucedem um número indefinido de vezes. T_2 é também representado por um intervalo aberto I, mas este intervalo contém uma sucessão — uma «iteração» — de intervalos fechados, cada um dos quais corresponde a uma das ocorrências do acontecimento.

O intervalo I é sempre aberto à direita, pois o seu último ponto nunca é construído. Mas o primeiro ponto pode ser construído linguisticamente:

- (70) o Gil tem estado doente/nadado/desmaiado/tomado o remédio desde quinta-feira

Neste caso, o intervalo I é semiaberto, isto é, há construção linguística de uma fronteira inicial (à esquerda):

(71)



o Gil tem estado doente

Uma vez que o acontecimento linguístico está em curso em T_0 e, portanto, a sequência de instantes T_2 corresponde sempre a um intervalo aberto, o pretérito perfeito composto não pode coocorrer com adverbiais que marquem sequências de instantes delimitadas à direita:

(72) a. *o Gil tem nadado até há meia hora

b. *a Ana tem estado doente ontem

As sequências (72) são mal formadas por conterem incompatibilidades de natureza temporal e aspectual entre o tempo gramatical e os adverbiais *até há meia hora* e *ontem*. As sequências (73) são também mal formadas, mas, neste caso, a incompatibilidade é apenas de natureza aspectual:

(73) a. ?a Ana tem ido ao cinema duas vezes

b. ?o Gil tem estado doente uma semana

Mas estas sequências mal formadas podem ser integradas em contextos que façam desaparecer a incompatibilidade, à semelhança do que vimos atrás em (62a) e (62b) e em (63):

(74) a. a Ana tem ido ao cinema duas vezes por mês

b. o Gil tem estado doente uma semana todos os trimestres

Os adverbiais frequenciais *por mês* e *todos os trimestres* marcam valores de iteratividade e, portanto, correspondendo à construção de sequências de instantes não delimitadas à direita, permitem reconstruir a compatibilidade com o pretérito perfeito composto.

Façamos um esboço de síntese das principais características do pretérito perfeito composto:

- (75) (i) combinando-se com uma relação predicativa de natureza estativa, o pretérito perfeito composto marca a construção de um acontecimento linguístico com valor de continuidade; combinando-se com uma relação predicativa de natureza não estativa, o pretérito perfeito composto marca a construção de um valor de iteratividade, isto é, de uma classe de ocorrências de um mesmo acontecimento linguístico, que se repete um número indefinido de vezes;
- (ii) os valores temporais e aspectuais marcados pelo pretérito perfeito composto têm sempre como localizador o tempo T_0 da enunciação;
- (iii) o tempo T_0 da enunciação é um dos instantes da sequência de instantes T_2 associada ao acontecimento linguístico, quer este tenha valor de continuidade, quer tenha valor de iteratividade;
- (iv) o pretérito perfeito composto marca um valor temporal de simultaneidade em relação a Sit_0 e um valor aspectual de imperfectividade também em relação a Sit_0 ;

- (v) sendo T_2 sempre aberto à direita, o pretérito perfeito composto não coocorre com adverbiais que marquem uma sequência de instantes representável como um intervalo fechado.

Embora a especificidade do pretérito perfeito composto não se esgote na caracterização que acima foi feita, pensamos que enumerámos os seus valores fundamentais, procurando, ao mesmo tempo, explicar as incompatibilidades encontradas. Iremos agora referir alguns exemplos que podem aparecer como contra-exemplos à caracterização sintetizada em (75):

- (76) a. o Gil tem estado doente mas ficou bom com a chegada das férias
b. tenho procurado estar calado, mas, perante o que ouço, tenho de dizer que não concordo

Dissemos atrás que o pretérito perfeito composto é marcador de um acontecimento linguístico que está em curso em T_0 . Ora, em (76a), o acontecimento linguístico construído sobre a relação predicativa <estar, o Gil, doente> já não está em curso em T_0 . Esse acontecimento é interrompido por um segundo acontecimento — construído sobre a relação predicativa <ficar, o Gil, bom> (ou <passar a estar, o Gil, bom> —, que surge na sequência do primeiro e em oposição a ele. É o acontecimento «estar bom», construído como complementar linguístico do primeiro, que está em curso em T_0 ¹.

¹ Ver 9.1.

O mesmo se passa em (76b). Entre «eu estar calado» e «eu dizer que ... » há uma relação de complementaridade linguística. Em T_0 , o que está em curso é o segundo acontecimento, construído como complementar do primeiro.

Diz-se habitualmente que o pretérito perfeito composto tem um valor que é único no conjunto das línguas conhecidas mais estudadas. No entanto, este tempo do português é, por vezes, aproximado do 'present perfect' inglês, dada a semelhança das duas formas. Tentemos encontrar, numa brevíssima abordagem comparativa, aquilo que é comum aos valores dos dois tempos gramaticais e aquilo que os distingue. Vejamos alguns exemplos²:

- (77) a. he has been here since yesterday
b. ele tem estado aqui desde ontem
- (78) a. John has lived in Boston for six years
b. John tem vivido em Boston nos últimos seis anos

² Os exemplos do inglês, com a respectiva interpretação, são retirados de Dowty 1979.

Observando os exemplos (77) e (78), em que os dois tempos gramaticais se combinam com relações predicativas estativas, encontramos o mesmo valor de continuidade: a situação desenrola-se a partir de um ponto explicitado pelo adverbial e está em curso em Sit_0 , que é o localizador temporal-aspectual.

Note-se que a minha tradução (78b) corresponde a um dos valores que Dowty (1979: 343) atribui a (78a): na interpretação preferencial fora de qualquer

contexto, (78a) implica que «John ainda vive em Boston». Dowty atribui a (78a) um segundo valor que pode ser traduzido por *John viveu em Boston durante seis anos*, desde que ocorra na seguinte situação concreta: alguém apresenta John, que em tempos viveu em Boston, a uma pessoa que quer conhecer melhor a cidade.

Vejamos outros exemplos :

(79) a. he left yesterday/*he has left yesterday

b. ele foi-se embora ontem

(80) a. he has left

b. ele foi-se embora

(81) a. ele tem comido/estado a comer bolos toda a manhã

b. he has been eating cakes all morning

A observação de (79) mostra-nos que, tal como o pretérito perfeito composto, também o 'present perfect' não coocorre com advérbios representando sequências de instantes que não incluem T_0 .

A observação de (80) e (81) mostra-nos a diferença entre os dois tempos gramaticais. Quando se combinam com relações predicativas que exprimem situações não estativas, o pretérito perfeito composto tem valor iterativo, como já tínhamos visto acima, ao passo que o 'present perfect' marca a construção de um acontecimento único. Por isso, este tempo do inglês é traduzido, em (80), pelo pretérito perfeito simples, que, neste caso, tem valor de perfeito.

Constatamos também que, para traduzir, em (81), a iteratividade subjacente ao pretérito perfeito composto, é necessário, em inglês, recorrer à combinação do 'present perfect' com a forma progressiva («progressive tense»).

11.2 Valores modais

O valor modal (ou modalidade) de um enunciado resulta, como atrás dissemos, da localização da relação predicativa em relação ao parâmetro S_0 , sujeito da enunciação. Por outras palavras, o valor modal de um enunciado exprime diferentes tipos — e para cada tipo diferentes graus — de relação entre o enunciador e a relação predicativa subjacente a esse enunciado, afectada de valores referenciais das restantes categorias gramaticais.

O facto de, na nossa descrição, a categoria gramatical modalidade ser a última a ser tratada não significa que o seu valor só seja construído quando já estão construídos os valores das outras categorias gramaticais. Embora nem sempre

seja visível, há interdependência na construção dos valores referenciais de diferentes categorias gramaticais. Já atrás referimos essa interdependência a propósito das categorias aspecto, tempo e modalidade (ver ex.(10b) e (10c) desta unidade).

11.2.1 *Tipos de modalidade*

Uma mesma relação predicativa pode estar na base de um conjunto de enunciados com valores modais de tipos e graus diferentes. Vamos definir alguns tipos e graus.

11.2.1.1 Modalidade epistémica

Exemplifiquemos a partir da relação predicativa <plantar, o Gil, uma árvore>:

- (82) a. o Gil plantou uma árvore
- b. o Gil não plantou uma árvore
- c. o Gil deve ter plantado uma árvore
- d. acho que o Gil plantou uma árvore
- e. talvez o Gil tenha plantado uma árvore
- f. o Gil pode ter (ou não ter) plantado uma árvore

Os enunciados acima podem constituir resposta à pergunta *o Gil plantou uma árvore?*. Portanto, os seus valores modais são do mesmo tipo, embora de diferentes graus. Podemos dizer que os enunciados (82a) a (82f) exprimem a atitude do enunciador em relação à validação ou não-validação da relação predicativa: o enunciador valida a relação predicativa dizendo (*sim*), *o Gil plantou uma árvore*, ou não a valida, dizendo (*não*), *o Gil não plantou uma árvore*, ou prefere não se responsabilizar inteiramente pela validação (ou não-validação). Constrói, então, relativamente a essa validação, uma distância maior ou menor, distância que, aparentemente, exprime o seu grau de conhecimento relativamente ao acontecimento construído. Chamaremos **epistémico** a este tipo de valor modal (ou modalidade)¹.

¹ Ver Campos 1989.

Em (82a), o enunciador assume inteiramente a validação da relação predicativa. Dizemos, então, que o enunciado tem valor de **asserção estrita positiva**. Em (82b) o enunciador assume inteiramente a não-validação da relação predicativa. O enunciado tem, portanto, valor de **asserção estrita negativa**. Pode dizer-se ainda que os valores modais de (82a) e (82b) são do domínio do certo.

Nos restantes enunciados, o enunciador recusa assumir, ou só assume parcialmente, a validação (ou não-validação) da relação predicativa. Os valores modais respectivos são do domínio do **não-certo**.

Os valores modais dos enunciados (82) podem ser representados sobre uma **escala de valores assertivos**. Ao pólo positivo corresponde a asserção estrita positiva ou negativa (assunção total). No pólo negativo situa-se a recusa total, isto é, a assunção nula. Desse valor pode ser exemplo o enunciado (82f), em que é construída a equiponderação entre «plantou» e «não plantou»: o enunciador exprime, linguisticamente, que não dispõe de quaisquer elementos que lhe permitam validar ou não-validar a relação predicativa.

Os valores de (82c) a (82e) situam-se em diferentes pontos da escala, e, dos três, é (82c) que está mais próximo do pólo positivo (o enunciado *o Gil não deve ter plantado uma árvore*, situar-se-ia num ponto igualmente próximo do pólo positivo). O seguinte teste empírico permite confirmar o que acabámos de dizer:

- (83) a. *o Gil plantou uma árvore mas pode ser que não tenha plantado
- b. *o Gil deve ter plantado uma árvore mas pode ser que não tenha plantado
- c. acho que o Gil plantou uma árvore, mas pode ser que não tenha plantado

A má-formação de (83a) resulta da incompatibilidade entre os valores modais dos dois membros ligados pelo conector opositivo *mas*. Na mesma situação de enunciação, para o mesmo enunciador e para a mesma relação predicativa, não é possível que o enunciador construa um valor de asserção estrita (assunção total) e, simultaneamente, assuma parcialmente, ou recuse assumir, essa validação (ou não-validação).

Em (83b), a má-formação resulta do mesmo tipo de incompatibilidade, e mostra-nos que o valor modal marcado pelo verbo *dever* se situa num ponto próximo do pólo positivo, na escala de valores assertivos.

Quanto a (83c), não há qualquer incompatibilidade entre os valores modais dos dois membros do enunciado. A modalização marcada por um verbo de opinião (*achar, pensar, etc.*) restringindo ao enunciador o valor assertivo construído, permite não excluir um valor modal em que o grau de assunção é menor, por ser baseado em dados diferentes daqueles de que ele próprio, enunciador, dispõe.

Os valores modais de (82c) e (82d) são do mesmo tipo, mas têm graus diferentes, estando (82c) mais próximo da asserção estrita. O valor modal marcado pelo verbo *dever* pode ter a seguinte interpretação: o enunciador não dispõe de um conhecimento que lhe permita validar (ou não-validar) a relação predicativa; mas tem outros conhecimentos, que ele interpreta como indícios,

nos quais se baseia para construir um valor modal **quase-certo**, próximo da asserção estrita. Podemos, assim, explicar melhor a má-formação de (83b): o enunciador não pode, na mesma enunciação em que constrói um valor modal quase-certo, construir um valor modal — a assunção nula — que corresponde à ausência de qualquer conhecimento que permita assumir, total ou sequer parcialmente, a validação (ou não-validação) da relação predicativa.

11.2.1.2 Modalidade apreciativa

Vejamos outro tipo de valores modais, em enunciados construídos a partir da mesma relação predicativa:

- (84)a. felizmente, o Gil plantou/está a plantar/vai plantar uma árvore
- b. foi bom que o Gil tenha plantado/plantasse uma árvore
- c. é bom que o Gil esteja a plantar uma árvore
- d. seria bom que o Gil plantasse uma árvore

Os enunciados (84) marcam a construção de um juízo de valor, de uma apreciação, sobre uma relação predicativa já constituída e validada (ou validável). Trata-se de um valor modal **apreciativo** (ou **modalidade apreciativa**).

Em (84a), a modalização apreciativa (marcada pelo advérbio *felizmente*) incide sobre um valor assertivo que é construído na mesma enunciação. O modo indicativo (no pretérito, no presente ou no futuro) que se combina com o predicado verbal marca a construção, em S_{it_0} , do valor assertivo da relação predicativa, quer T_2 seja localizado temporalmente como anterior, simultâneo ou posterior em relação a T_0 .

Nos restantes enunciados (84), não há construção do valor assertivo da relação predicativa, mas apenas de uma modalidade apreciativa, marcada por uma estrutura de complementação de tipo impessoal (*foi bom que, é bom que, etc.*) com um complemento frásico no modo conjuntivo.

Verificamos, ao observar os enunciados (84b) e (84c), que estamos perante uma relação predicativa validada. Mas essa validação não é construída em S_{it_0} , isto é, não é construída na enunciação daqueles enunciados, mas numa situação de enunciação anterior (por exemplo, do enunciado *o Gil plantou/está a plantar uma árvore*). Em (84c), o enunciado pode constituir a réplica a uma constatação — do próprio enunciador ou do seu co-enunciador — ainda que essa constatação não tenha sido verbalizada. Em qualquer dos casos, podemos dizer que a validação da relação predicativa constitui um **pré-construído**.

Em (84d), a relação predicativa não é construída como validada mas como validável. E é construída uma modalidade apreciativa incidindo sobre a validabilidade dessa relação predicativa.

Parece-nos possível tirar as seguintes conclusões no que diz respeito à ocorrência dos modos indicativo e conjuntivo nos enunciados acima:

- (85) (i) o modo indicativo marca a validação ou não-validação da relação predicativa em Sit₀, isto é, a construção de um valor de asserção estrita;
- (ii) o modo conjuntivo marca que a relação predicativa não foi validada nem não-validada em Sit₀. Pode ter sido construída como validável ou não-validável (*desejo que eles cheguem, duvido que eles cheguem*), mas pode também ter havido validação (ou não-validação) dessa relação predicativa, isto é, construção de um valor de asserção estrita, mas numa situação de enunciação distinta de Sit₀. Essa asserção, em Sit₀, constitui um pré-construído¹.

¹ Parece-nos importante sublinhar que o valor do conjuntivo que acima definimos é mais geral do que o valor que é tradicionalmente associado ao modo conjuntivo: «Ao empregarmos o modo conjuntivo [...] encaramos [...] a existência ou não existência do facto como uma coisa incerta, duvidosa, eventual ou, mesmo, irreal» (Cunha : Sintra 1984: 464). Esta definição não engloba o uso do conjuntivo em enunciados com valor apreciativo.

11.2.1.3 Modalidade intersujeitos

Observemos agora um terceiro tipo de modalidade:

- (86) a. é necessário que o Gil plante uma árvore
b. o Gil tem de/deve/devia plantar uma árvore
c. o Gil pode plantar uma árvore

Nos enunciados (86), é construída uma relação entre o sujeito enunciador e o sujeito do enunciado (*o Gil*). Este é pressionado (ex. (86a) e (86b)) ou autorizado (ex. (86c)) pelo enunciador a realizar o evento ou a actividade expressos no predicado. Estamos perante um valor modal (ou modalidade) **intersujeitos**. Salvo casos especiais, este valor modal só ocorre se a relação predicativa for caracterizada como [+Dinâmica] e se o argumento que tem a função de sujeito sintáctico for caracterizado como Agente.

A modalidade intersujeitos corresponde a uma relação interagentiva entre o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado: o sujeito da enunciação age sobre o sujeito do enunciado, procurando desencadear uma situação dinâmica — representada pela relação predicativa — em que esse sujeito do enunciado é Agente. De acordo com esta definição, podemos dizer que o modo verbal imperativo é também marcador de modalidade intersujeitos.

Apresentamos em seguida um exemplo em que é visível a interdependência na construção de valores modais e aspectuais a que nos referimos atrás:

(87) a. *deves ser alto

b. deves ser cuidadoso

Os predicados adjectivais (*ser*) *alto* e (*ser*) *cuidadoso* são ambos estativos. No entanto, para a interpretação da modalidade intersujeitos, o enunciado (87a) é mal formado, ao passo que o enunciado (87b) é bem formado. O predicado (*ser*) *alto* exprime uma propriedade que, estabilizada ou não, não pode ser alterada pela vontade de um Agente, seja ele o sujeito da enunciação ou o sujeito do enunciado. Daí a sua impossibilidade de ocorrência num enunciado com valor de imperativo, como já tínhamos visto em 11.1.3.2.

O predicado estativo (*ser*) *cuidadoso*, pelo contrário, exprime uma propriedade susceptível de ser alterada por acção de uma vontade. Esse predicado pode ser recategorizado em actividade, como vimos também em 11.1.3.2. É o que se passa em (87b), em que se dá a recategorização de natureza aspectual, determinada pelo tipo de valor modal construído.

11.2.2 A interrogação

A interrogação é um valor modal que está estreitamente ligado ao valor de asserção¹.

Vimos que o enunciador constrói um valor de asserção estrita quando valida (ou não-valida) uma relação predicativa na situação de enunciação em que é localizador origem. Pode acontecer, porém, que, tendo constituído uma relação predicativa, o enunciador não a possa validar (ou não-validar) em *Sito*. Recorre então ao seu co-enunciador para que seja ele, co-enunciador, a construir essa validação. Dizemos, neste caso, que o enunciador constrói um enunciado com valor modal de **interrogação**.

Concluimos, portanto, que um enunciado não pode ter, simultaneamente, valor de interrogação e valor de asserção estrita.

11.2.2.1 A interrogação total

Para descrever o valor modal de interrogação, vamos partir de um exemplo:

(88) o Gil leu o jornal?

As operações subjacentes à interrogação (88) são as seguintes:

- (89) (i) construção da relação predicativa <ler, o Gil, o livro>;
- (ii) construção da classe dos valores modais que correspondem respectivamente à validação e à não-validação da relação predica-

¹ Para a estrutura dos diferentes tipos de enunciados interrogativos, ver unidades 6, 7 e 10.

tiva num tempo T_2 . Essa classe tem apenas dois valores, que podemos simbolizar pelas partículas positiva *sim* e negativa *não*. É portanto uma classe fechada;

- (iii) construção antecipada do espaço enunciativo onde o co-enunciador, também construído antecipadamente como enunciador, irá escolher um dos valores da classe que lhe é proposta. Assim, haverá validação ou não-validação da relação predicativa consoante o valor escolhido seja *sim* ou *não*.

Trata-se, em (88), de uma **interrogativa total**, assim designada porque é sobre a totalidade da relação predicativa que irá incidir a validação ou não-validação feita pelo segundo enunciador. Por exemplo, ao responder (*sim*), o *Gil leu o jornal*, o co-enunciador escolheu o valor *sim*, validando assim a relação predicativa.

Este tipo de interrogativa é também, por vezes, designado por **interrogativa sim-não**, por serem estes os dois valores modais que o co-enunciador pode atribuir à relação predicativa. A interrogativa total é ainda designada por **interrogativa fechada**, por ser fechada a classe dos valores que permitem a sua validação (ou não-validação).

Apresentámos até aqui exemplos de interrogativas totais directas. Façamos agora uma referência breve à interrogativa total indirecta.

Em português actual, os enunciados com valor de asserção estrita diferem dos que têm valor de interrogação total apenas na curva melódica que caracteriza cada um desses tipos de enunciados. A interrogação indirecta (ou interrogação encaixada), porém, difere da asserção encaixada, não na curva melódica, mas no tipo de complementador: *que*, no caso da asserção (ex. (90a)), *se* no caso da interrogação (ex. (90b)):¹

- (90) a. ele disse que o Gil leu o jornal
- b. ele perguntou se o Gil leu o jornal

Como complemento subcategorizado do verbo *perguntar*, a relação predicativa é introduzida pelo complementador, que, neste caso, é a partícula interrogativa *se*. Esta partícula marca as diferentes operações atrás referidas, entre as quais a construção da classe fechada constituída pelos dois valores *sim* e *não*.

Se o verbo da oração matriz não for *perguntar* mas for outro verbo enunciativo que não seja marcador de asserção — por exemplo, *dizer* ou mesmo *responder* —, o valor do enunciado continua a ser de interrogação total. Isto mostra que este valor é basicamente marcado pela partícula *se*.

Podemos referir ainda um terceiro tipo de interrogativa total — a interrogativa «tag»:

¹ A propósito da seguinte passagem de *Os Relógios Falantes* (D. Francisco Manuel de Melo, Lisboa, Textos Literários, 1962): *Mas, se sabeis como se paga?*, Rodrigues Lapa refere que «o emprego do *se* nas interrogações directas é frequente nos Clássicos».

- (91)a. o Gil leu o jornal, não leu?
b. o Gil não leu o jornal, pois não?

A interrogativa «tag» só parcialmente tem valor de interrogação. É constituída por dois membros, o primeiro de natureza assertiva, o segundo, de natureza interrogativa-negativa, pelo qual o enunciador pede ao seu co-enunciador que confirme a asserção construída no primeiro membro. Temos portanto a sequência de dois valores modais.

11.2.2.2 A interrogação parcial

Vejamos outro tipo de interrogativa:

- (92) a. quem leu o jornal?
b. o que leu o Gil?

Nas relações predicativas subjacentes aos enunciados acima, um dos lugares de argumento não foi preenchido: <ler, (), o jornal> e <ler, o Gil, ()>, respectivamente. Dizemos que estas relações predicativas são **não-saturadas**.

São as seguintes as operações subjacentes aos enunciados (92a) e (92b):

- (93) (i) o enunciador S_0 localiza a relação predicativa em Sit_0 como um pré-construído, isto é, como uma asserção estrita construída numa situação de enunciação distinta de Sit_0 ;
- (ii) o enunciador constrói uma classe de ocorrências abstractas dos objectos que podem ocupar o lugar não preenchido na relação predicativa. Essa classe é aberta, isto é, é constituída por um número teoricamente não finito de elementos. Os pronomes interrogativos *quem* e *o que* constituem a imagem ou representante dos elementos dessa classe, para os enunciados (92a) e (92b), respectivamente;
- (iii) o enunciador constrói antecipadamente o espaço enunciativo do seu co-enunciador, e, simultaneamente, constrói o próprio enunciador como um segundo enunciador. Podemos dizer que a construção do espaço enunciativo e a construção do segundo enunciador são duas faces da mesma operação. Ao distinguir um dos elementos da classe, o segundo enunciador estará a saturar a relação predicativa e a validá-la no seu espaço enunciativo.

Este tipo de interrogação é designado geralmente por interrogação parcial, uma vez que só uma parte da relação predicativa — o argumento cujo lugar não está preenchido — terá de ser validado, ao ocupar o lugar vazio, depois de

escolhido pelo segundo enunciador de entre os elementos da classe construída pelo primeiro enunciador.

A interrogação parcial é também chamada **interrogação Q**, porque o argumento não preenchido é um sintagma-Q [SQ] (esta designação resulta de os diferentes morfemas interrogativos dominados por aquele sintagma na estrutura da interrogativa parcial começarem, geralmente, em português, pela letra 'Q': *quem, (o) que, qual, quando, como*, etc. Por generalização, também são sintagmas-Q outros morfemas interrogativos — *onde, porque*, etc. —, e ainda sintagmas preposicionais — *a quem, de quem, com quem, por onde*, etc.) (ver unidade 10).

Retomemos a relação predicativa não saturada <ler, (), o jornal> para exemplificar a sequência de operações que descrevemos em (93).

- (94) (i) Em Sit₀, o enunciador localiza aquela relação predicativa como um pré-construído, isto é, como uma asserção estrita construída numa situação de enunciação distinta de Sit₀. A validação da relação predicativa pressupõe que ela está afectada de valores referenciais de tempo (por exemplo, T₂ simultâneo de T₀), aspecto (imperfectivo, em relação a T₀). Esta primeira operação poderia ser traduzida linguisticamente pela asserção *alguém leu o jornal*, em que o pronome *alguém* seria o representante da classe de todos os objectos sobre os quais podemos predicar *leu o jornal*;
- (ii) a segunda operação é a construção dessa classe aberta, abstracta, que poderia ser expressa linguisticamente pela enumeração dos seus elementos (que, teoricamente, são em número infinito): *o Pedro, a Ana, a Rita, a Clara*, etc;
- (iii) a terceira operação consiste na construção antecipada do espaço enunciativo em que o co-enunciador, constituindo-se como segundo enunciador, irá validar a instanciação de um dos elementos da classe no lugar vazio da estrutura já validada. Esta terceira operação poderia ser expressa linguisticamente por meio de uma interrogativa indirecta introduzida por um verbo enunciativo: *diz lá quem leu o jornal, vais dizer-me quem leu o jornal, podes dizer-me quem leu o jornal?*, etc.

A sequência de operações descritas em (94) é subjacente ao enunciado (95), sem que seja, evidentemente, necessário explicitar linguisticamente a nova enunciação que é antecipada (essa explicitação foi feita em (94iii) — *diz lá, vais dizer-me*, etc. — para que a exemplificação fosse mais clara):

(95) quem está a ler o jornal?

Quanto à interrogativa parcial indirecta (*o Gil perguntou quem está a ler o jornal*), como não apresenta qualquer diferença em relação à interrogativa

parcial directa no que respeita à sequência de operações que lhe são subjacentes, não lhe faremos referência especial.

Um último comentário sobre a interrogação, que, indo para além do linguístico, vem relacionar com o extralinguístico as operações enunciativas que acima descrevemos. Todos sabemos que, ao interrogar, se espera obter uma resposta, ainda que, nessa resposta, o segundo enunciador se recuse a distinguir um dos elementos da classe que lhe é proposta. Essa recusa — que pode traduzir-se linguisticamente por *não sei* ou ainda, para uma interrogativa parcial como (92a), por *ninguém* — é também uma resposta.

O que o enunciador não pode aceitar é que o seu co-enunciador não lhe dê uma resposta, qualquer que ela seja. Não responder é não aceitar, como construiu antecipadamente o enunciador, ser segundo enunciador no espaço enunciativo construído também antecipadamente. Não responder corresponde a não querer (ou não saber) reconstruir as operações construídas pelo enunciador, e essa reconstrução faz parte da própria definição de actividade enunciativa.

11.2.2.3 A interrogação retórica

Sabemos — todos os tratados o dizem — que a interrogação dita retórica é uma asserção e não uma verdadeira interrogação. Sendo assim, se, ao interrogar, o enunciador está a construir uma asserção, é porque a interrogativa retórica contém a sua própria resposta. E ainda com esta particularidade no caso da interrogativa total: se a interrogativa retórica é negativa, tem valor de asserção positiva, se é positiva, tem valor de asserção negativa.

Poderá a interrogativa retórica ser descrita nos mesmos termos em que se descreve a interrogativa em geral? Vamos ver que sim. Porém, ao contrário do que se passa com o enunciado com valor interrogativo, a descrição da interrogativa retórica não pode ser independente do contexto em que essa interrogativa ocorre.

Comecemos por exemplificar com uma interrogativa parcial que é uma verdadeira interrogativa:

- (96) a. X: quem é que não vai comprar um automóvel japonês?
b. Y: é o Pedro, que preferiu uma marca europeia

Temos, em (96), um par pergunta-resposta. A pergunta é uma interrogativa parcial, que contém um pré-construído — *alguém não vai comprar um carro japonês*. Na resposta, o co-enunciador Y, tornado segundo enunciador, escolhe um dos elementos da classe abstracta, teoricamente aberta, construída por X e representada pelo pronome interrogativo *quem*. Essa classe, como já dissemos atrás, é constituída por todos os objectos que podem preencher o lugar vazio representado, na estrutura interrogativa, pelo sintagma-Q *quem*. A

escolha do elemento *Pedro* corresponde ao preenchimento do lugar vazio e, portanto, à saturação da relação predicativa. O enunciador Y assume assim a asserção negativa da relação predicativa já saturada <comprar, o Pedro, um carro japonês>.

O enunciado (96a) também pode ser uma interrogativa retórica. Mas, para descrever este valor, temos de criar um contexto adequado.

Imaginemos que sobre todos os elementos de um determinado grupo foi feita a afirmação *o Sr. N vai comprar um automóvel japonês*. Na sequência dessas afirmações, o enunciado (96a), que abaixo repetimos como (97a), só pode ter uma resposta — *ninguém* — uma vez que não resta qualquer elemento do grupo sobre o qual se possa fazer uma afirmação diferente:

- (97)a. X: quem é que não vai comprar um automóvel japonês?
b. Y: ninguém

Se, na sequência do contexto, a resposta (97b) é a única possível, essa resposta está contida na própria pergunta, pelo que (97b) não deve ocorrer. Podemos dizer que este tipo de interrogativa só aparentemente constrói a antecipação do espaço enunciativo em que a resposta respectiva seria produzida. Ao reconstruir a significação de (97a), o co-enunciador reconstrói também a resposta, que não lhe está, portanto, a ser pedida.

Ao definirmos a interrogativa retórica pelas operações subjacentes a qualquer interrogativa, encontramos a razão por que ela ocorre geralmente em contextos em que o enunciador se dirige a um co-enunciador que não tem voz. Por outras palavras, a um co-enunciador ao qual não é dada a oportunidade de se constituir em segundo enunciador. Esses contextos são aqueles em que se produz o discurso político, religioso ou publicitário.

Vejamos um exemplo de interrogativa retórica total. No final de uma sucessão de queixas contra um Governo que aumenta os impostos do contribuinte médio, reduz as verbas destinadas à saúde e à educação, ignora as críticas que lhe são dirigidas pela oposição legalmente constituída, etc., o político dessa oposição, em época de eleições, poderá concluir, dirigindo-se ao eleitorado, directamente em comícios, ou indirectamente através da rádio ou da televisão:

- (98) e havemos de votar no partido de um tal Governo?

Repare-se, neste exemplo, a dependência em relação ao contexto anterior marcada pela conjunção *e* e pelo termo anafórico *tal*.

Na oratória religiosa, os sermões do Padre António Vieira fornecem-nos numerosos e variados exemplos de interrogação retórica. Vamos apresentar alguns:

- (99) quem semeia ventos, colhe tempestades. Se os pregadores semeiam vento; se o que se prega é vaidade; se não se prega a palavra de Deus: como não há a Igreja de Deus de correr tormenta, em vez colher fruto? (*Sermão da Sexagésima*, IX)

Como tínhamos visto atrás, a interrogação negativa final corresponde a uma asserção positiva — «a Igreja há-de correr tormenta, em vez colher fruto».

Vejamos um segundo exemplo, na qual o próprio Vieira explicita que, para a interrogação que ele faz, não há resposta:

- (100) Morreram-vos já alguns índios? Fugiram-vos já alguns índios? Muitos. Pois o que faz a morte, porque o não fará a razão? O que faz o sucesso da fortuna, porque o não fará o escrúpulo da consciência? Se vieram as bexigas e vo-los levaram todos, o que havíeis de fazer? Havíeis de ter paciência. Pois, não é melhor perdê-los por serviço de Deus, que perdê-los por castigo de Deus? Isto não tem resposta. (*Sermão da primeira Domingo da Quaresma*, V).

11.2.3 O conceito de pré-construído

Já em diversas ocasiões, ao longo deste capítulo, referimos o conceito de 'pré-construído'. Vamos retomar esse conceito, apresentando-o, de forma unificada, através de algumas das suas manifestações linguísticas.

Numa situação de enunciação Sit_0 , um enunciador S_0 constrói uma significação, a que podem corresponder diversos valores modais. Se S_0 assume inteiramente validar (ou não validar) uma relação predicativa, o valor modal construído é de asserção estrita positiva (ou negativa). Pode acontecer porém que, na sua enunciação, isto é, em Sit_0 , o enunciador inclua um valor de asserção estrita construído numa outra situação de enunciação. Em Sit_0 , essa asserção constitui um **pré-construído**.

O conceito de pré-construído implica, portanto, a existência, em Sit_0 , de uma outra situação de enunciação.

Essa outra situação de enunciação pode corresponder não a um enunciado particular mas a uma classe não finita de enunciados, verbalizados ou não. É o que se passa, por exemplo, com relações de implicação aceites no conjunto de uma comunidade linguístico-cultural ou até universalmente. Nos enunciados com valor concessivo encontram-se muitos exemplos deste tipo de pré-construído:

- (101) pode chover a cântaros que eu vou sair

Existe, subjacente a (101), uma asserção como, por exemplo, *as pessoas não saem quando chove*, não necessariamente verbalizada, ainda que validada por toda uma comunidade.

Não iremos aqui tratar todos os fenómenos linguísticos que exigem a referência ao conceito de pré-construído, mas apenas algumas das construções cujo descrição e explicação se tornam mais claras pela introdução daquele conceito.

Vamos referir rapidamente, por já terem sido tratados neste capítulo, os valores de asserção pré-construída subjacentes à modalidade apreciativa e à interrogação parcial. Referiremos mais demoradamente as construções relativas e as construções causais marcadas pela locução *já que*.

Nos enunciados com valor modal apreciativo (ex. (84a) a (84c)), é construída a asserção de um juízo de apreciação sobre uma asserção pré-construída, isto é, sobre uma asserção construída numa enunciação anterior. É o que se pode ver explicitamente no seguinte exemplo:

- (102) a. X: o Gil zangou-se com o irmão
b. Y: é estranho que o Gil se tenha zangado com o irmão

No caso da interrogação parcial (ex. (92a) e (92b)), há uma relação predicativa não saturada cuja asserção é pré-construída, quer tenha sido verbalizada ou não:

- (103) a. X: alguém vai comprar este quadro
b. Y: qual dos senhores vai comprar este quadro?

Apresentamos, neste exemplo, explicitamente, as duas situações de enunciação: aquela em que o enunciador X constrói a asserção da relação predicativa não saturada <comprar, (), este quadro>, e aquela em que o enunciador Y constrói a interrogação parcial, sendo a asserção construída por X um pré-construído¹.

¹ Ver em 11.2.2.2 as operações subjacentes à interrogação.

Uma interrogação parcial pode ocorrer sem que tenha sido construída explicitamente a asserção que, nessa interrogação, tem o estatuto de pré-construído. Podemos admitir que se trata de uma estratégia argumentativa. Em (103b), o enunciador Y pode querer convencer o(s) seu(s) co-enunciador(es) de que há, efectivamente, quem esteja decidido a comprar o quadro e, assim, talvez o venda melhor.

11.2.3.1 As construções relativas

Observemos os seguintes enunciados:

- (104) a. o meu tio que é do Benfica tem uma águia em casa
b. o meu tio, que é do Benfica, tem uma águia em casa

Nestes exemplos, o SN que contém a construção relativa é do tipo 'o N que', sendo *que* um pronome relativo que introduz uma oração relativa — (*que*) *é do Benfica*. De acordo com a classificação tradicional, a oração relativa é restritiva em (104a) e é apositiva ou explicativa em (104b).

No primeiro caso, a oração relativa contribui para localizar referencialmente o termo localizado *o meu tio*: o co-enunciador tem o conhecimento prévio de que o enunciador «tem vários tios, sendo um deles do Benfica». Através da relativa, o co-enunciador fica sabendo que a predicação é feita sobre «o tio do Benfica», e não sobre qualquer dos outros.

Há portanto, subjacente a (104a), a asserção *tenho um tio (que é) do Benfica*, construída numa enunciação anterior. No enunciado (104a), a relação predicativa <ser, o meu tio, do Benfica> introduzida pela relativa, e validada noutra situação de enunciação, constitui um pré-construído. O enunciado (104a) contém apenas uma predicação, que incide sobre o SN *o meu tio que é do Benfica*.

Em (104b), pelo contrário, a oração relativa não constitui um pré-construído. A relação predicativa <ser, o meu tio, do Benfica> é validada em Sit₀, isto é, a asserção estrita *o meu tio é do Benfica* é construída em Sit₀. Em (104b) há, portanto, duas predicções: a predicação principal — *o meu tio tem uma águia em casa* — e a predicação secundária — *o meu tio é do Benfica*.

Assim, a oposição tradicional entre restritivas e apositivas pode ser definida formalmente quando as construções são do tipo acima descrito. São restritivas as relativas que vão «restringir», delimitar, de um grupo de objectos (*os meus tios*), aquele sobre o qual se faz uma predicação. As apositivas ou explicativas nada restringem («o co-enunciador sabe que o enunciador só tem um tio»), mas constituem uma predicação secundária (sobre «esse tio»), introduzida, muitas vezes, para explicar a predicação principal.

Vejamos o que se passa quando o SN que contém a construção relativa é do tipo 'um N que'. Consideremos, para isso, dois enunciados que se opõem pela ocorrência, respectivamente, de um SN definido e de um SN indefinido:

- (105) a. está lá fora o rapaz que joga no Benfica
b. está lá fora um rapaz que joga no Benfica

Qual é a diferença entre os enunciados (105a) e (105b)?

Em (105a), estamos perante uma construção relativa restritiva, semelhante a (104a): é a oração relativa *que joga no Benfica* que permite identificar *o rapaz* sobre o qual se faz uma predicação. Essa relativa é, em (105a), um pré-construído, pois corresponde a uma asserção construída numa situação de enunciação anterior: por exemplo, *(conheço) um rapaz que joga no Benfica e outro que joga no Sporting*. A relativa delimita, no grupo dos «dois rapazes» que constitui o universo de referência, aquele sobre o qual se predica *está lá fora*.

Parece-nos possível dizer que, em (105b), a oração relativa também marca uma operação de restrição. Mas aqui a restrição é diferente da que encontramos em (104a) e (105a). Com efeito, em (104a) e (105a), ao restringir, a relativa contribui para identificar um referente que já pertence ao universo de referência dos sujeitos enunciadores. Em (105b), ao restringir, a relativa caracteriza um referente que está, nessa mesma enunciação, a ser introduzido no universo de referência dos sujeitos enunciadores. A relativa não é, neste caso, um pré-construído, mas corresponde a uma asserção construída em Sit₀.

O enunciado (105b) contém, portanto, duas predicções: a predicação principal, pela qual a ocorrência linguística *um rapaz* é localizada em relação a Sit₀ (*está lá fora*); a predicação secundária, pela qual se caracteriza aquela ocorrência, distinguindo-a das restantes ocorrências sobre as quais se pode predicar *é um rapaz*.

A relativa que ocorre em (105b) pode ser aproximada da que ocorre em (104b), e que designámos por apositiva ou explicativa, para usar um termo tradicional. Nos dois casos, a relativa corresponde a uma asserção que é construída em Sit₀, e constitui uma predicação secundária.

11.2.3.2 A construção causal marcada por 'já que'

Comparemos os seguintes enunciados:

- (106) a. ele vai ao cinema porque teve boas notas
- b. ele vai ao cinema já que teve boas notas

Os enunciados acima não diferem apenas no marcador linguístico da relação de causa. A diferença de significação manifesta-se ao nível dos marcadores linguísticos (*porque/já que*) e ao nível dos marcadores prosódicos. No entanto, só serão aqui referidos especificamente os marcadores linguísticos.

Podemos dizer que, em ambos os casos, a asserção do segundo membro — *teve boas notas* — constitui a causa da asserção do primeiro membro — *ele vai ao cinema*. Mas só (106a) pode constituir resposta à pergunta (107):

(107) porque é que ele vai ao cinema?

Em resposta a (107), pode construir-se, com valor de asserção, o segundo membro de (106a) — *porque teve boas notas*. Mas o segundo membro de (106b) não pode ser construído como resposta a (107) porque é uma asserção que constitui um pré-construído. O que é construído na enunciação de (106b), é a asserção que constitui o primeiro membro do enunciado — *ele vai ao cinema*, — com base numa asserção construída anteriormente.

Podemos, generalizando, dizer que, numa situação de enunciação Sit₀, o marcador *porque* introduz uma asserção que S₀ constrói em Sit₀, ao passo que *já que* introduz uma asserção que é construída numa situação de enunciação distinta de Sit₀. Em Sit₀ esta última asserção é, portanto, um pré-construído.

Podemos dizer ainda que a locução conjuncional *já que* marca uma relação entre duas enunciações distintas e não, como a conjunção *porque*, entre duas relações predicativas.

Vejamos ainda outras diferenças associadas à diferente natureza dos dois marcadores causais.

A relação de causa construída em (106a) pode ser interrogada ou negada, mas a que é construída em (106b) não pode:

- (108) a. é porque teve boas notas que ele vai ao cinema?
b. *é já que teve boas notas que ele vai ao cinema?

- (109) a. não é porque teve boas notas que ele vai ao cinema
b. *não é já que teve boas notas que ele vai ao cinema

A impossibilidade de interrogar ou negar o segundo membro de (106b), resulta do facto de o marcador *já que* ser de natureza essencialmente assertiva, marcando uma relação entre duas enunciações. Não só não é possível que uma mesma relação predicativa tenha simultaneamente valor assertivo e valor interrogativo¹, como não faz sentido interrogar ou negar o próprio processo enunciativo.

¹ Ver 11.2.1.

Ao introduzir uma asserção construída numa situação de enunciação distinta de Sit₀, a locução *já que* pode ser considerada marcador modal de distância construída por S₀ em relação a essa asserção. Outros marcadores de distância podem (mas não têm de) coocorrer:

- (110) a. vamos lá ver o filme X, já que dizes que é tão bom
b. já que sabes tudo, diz lá o número que vai ter a sorte grande²

Em (110a), *dizes que ...* marca explicitamente a situação de enunciação em que outro enunciador (*tu*), noutra situação de enunciação (*dizes que ...*), constrói a asserção *o filme X é bom*.

² Ver Ducrot 1980:47, para análise da forma francesa *puisque*, que pode ser equivalente a *já que*.

A asserção que tem estatuto de pré-construído pode não corresponder a uma verbalização numa situação de enunciação anterior:

(111) já que está aí, vais ajudar-me a arrumar as estantes

Em (111), é uma constatação feita situacionalmente que tem lugar de asserção pré-construída — *tu estás aí* —, não passível de ser interrogada nem negada.

11.2.4 *Em guisa de introdução*

Na impossibilidade de visar a exaustividade no tratamento dos valores modais, tive de fazer uma opção. Comecei por introduzir uma tipologia, à qual acrescentei o valor de interrogação, relacionando-o com o valor de asserção já introduzido. Abordei, em seguida, alguns fenómenos modais com recurso ao conceito culioliano de 'pré-construído', que relatei igualmente com os valores tipologizados.

A tipologia apresentada tem, como ponto de partida, a classificação proposta em Culioli (1971: 26):

- (112) (i) categorias da asserção (afirmação, negação, interrogação);
- (ii) categorias do certo (não-certo, provável, necessário, possível, contingente);
- (iii) apreciativos tais como *il est malheureux, heureux, étrange, clair que*;
- (iv) valores complexos que dependem de relações entre sujeitos (no sentido de «seres» e não de «sujeitos gramaticais»).

Partindo desta categorização, tentei reunir as categorias (i) e (ii), por me parecer importante unificar os valores assertivos situando-os ao longo de uma escala (valores que designei por epistémicos). Esta minha escolha obrigou-me a introduzir separadamente a interrogação, uma vez que preferi relacioná-la com a asserção e não com a modalidade intersujeitos, como poderia ter feito.

Também não se pretende, na classificação de Culioli, que as categorias sejam estanques. Penso assim que, basicamente, não me desviei da proposta original.

11.3 Tópicos de recapitulação geral

- operações de localização
- sentido e significação
- valor temporal e valor aspectual
- valor modal
- o conceito de pré-construído

Referências bibliográficas

- BENNETT, M.; B. Partee 1978 - *Towards the Logic of Tense and Aspect in English*, Bloomington, Indiana University Linguistics Club.
- BENVENISTE, E. 1966 - *Problèmes de linguistique générale I*, Paris, Gallimard.
- BORILLO, A. 1983 - «Les adverbes de référence temporelle dans la phrase et dans le texte», *DRLAV* 29, 109-131.
- CAMPOS, M. H. C. 1984a - «Pretérito perfeito simples - pretérito perfeito composto: uma oposição aspectual e temporal», *Letras Soltas* 2, 11-53.
- CAMPOS, M. H. C. 1984b - «Le marqueur *já*: étude d'un phénomène aspectuel», *Boletim de Filologia* 29, 539-553.
- CAMPOS, M. H. C. 1985a - «Elementos para uma definição de alguns invariantes da linguagem» in *Actas do 1.º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, 83-100.
- CAMPOS, M. H. C. 1985b - «A enunciação do 'outro' e a retórica das relações enunciador-locutor construídas no texto» in *1.º Simpósio Interdisciplinar de Estudos Portugueses*, Lisboa, D.E.P., F.C.S.H., U.N.L., 487-498.
- CAMPOS, M. H. C. 1987 - «O pretérito perfeito composto: um tempo presente?» in *Actas do 3.º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, 89-99.
- CAMPOS, M. H. C. 1989 - *Abordagem enunciativa de um subsistema do sistema modal do português: os verbos **dever** e **poder***. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- COMRIE, B. 1976 - *Aspect*, Cambridge, Cambridge University Press.
- CULIOLI, A. 1971 - *Définitions de quelques termes en linguistique. Extraits de l'Encyclopédie Alpha*, Paris, Université de Paris 7.
- CULIOLI, A. 1981 - «Sur le concept de notion», *BULAG* 8, 62-79.
- CULIOLI, A. 1982 - *Rôle des représentations métalinguistiques en syntaxe*, Paris, Université de Paris 7, DRL.

- CULIOLI, A. 1986 - «Stabilité et déformabilité en linguistique», *Etude de Lettres* (Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lausanne), Outubro-Dezembro, 3-10.
- CULIOLI, A. 1989 - «Representation, referential processes and regulation. Language activity as form production and recognition» in J. Montangero and A. Tryphon eds., *Language and Cognition*, Foundation Archives Jean Piaget, Genève, Cahier n.º 10, 97-124.
- CUNHA, C.; L. F. L. Cintra 1984 - *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Edições João Sá da Costa.
- DOWTY, D. R. 1979 - *Word Meaning and Montague Grammar*, Dordrecht, D. Reidel Publishing Company.
- DUCROT, O. 1980 - «Analyse de textes et linguistique de l'énonciation» in Ducrot *et alii*, *Les mots du discours*, Paris, Minuit.
- MATEUS, M. H. M. *et alii* 1983, 1989² - *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho.
- VENDLER, Z. 1967 - *Linguistics in Philosophy*, Ithaca, Nova York, Cornell University Press.
- VET, C. 1980 - *Temps, aspects et adverbos de temps en français contemporain: essai de sémantique formelle*, Genève, Droz.
- VET, C. 1981 - «La notion de 'monde possible' et le système temporel et aspectuel du français», *Langages* 64, 109-124.